



Assembleia Municipal

## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 2007

### Acta n.º 17

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Junho do ano de dois mil e sete, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:45 horas, na Sala de reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dezoito de Junho e Aditamento de vinte de Junho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO PRIMEIRO:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO SEGUNDO:** Suspensão de mandato por um período de 120 dias do membro desta Assembleia Municipal, Cristiano José da Ponte Cabrita; -----

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de prorrogação do período de utilização do empréstimo até ao montante de € 900.000,00 do Banco BPI, S.A., nos termos da alínea d) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do concurso publico para fornecimento contínuo de material eléctrico para manutenção e conservação dos edifícios municipais até 299.709,95 euros acrescido de IVA, nos termos do n.º 6 do Art.22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho; -----

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do aditamento ao Regulamento de Publicidade do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO SEXTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da rectificação do Quadro de Pessoal, nos termos das alíneas n) e o) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO SETIMO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Ponto de situação do Protocolo para "Disponibilização dos terrenos necessários à implementação do Plano de Urbanização da Frente Mar da Cidade de Albufeira", nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO OITÁVO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da rectificação da proposta de isenção do pagamento das taxas de ocupação da via pública, publicidade, resíduos sólidos e águas residuais, aos comerciantes da Avenida 25 de Abril e Cais Herculano, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO NONO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da

Declaração de Interesse Municipal do Parque Zoomarine, termos da alínea o) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO DÉCIMO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento que disciplina as diversas actividades previstas no D.L.n.º264/2002 e no D.L.n.º310/2002, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO DÉCIMO PRIMEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Plano de Pormenor da Balaia, nos termos do Art.79º do D. L. n.º380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo D. L. n.º310/2003, de 10 de Dezembro. -----

**ADITAMENTO:** -----

**PONTO DÉCIMO SEGUNDO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento de equipamento de iluminação de Natal em regime de aluguer, nos termos da alínea q) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO DÉCIMO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento da Utilização e funcionamento do Parque de Estacionamento P5, sito na Avenida 25 de Abril, Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PRESENCAS:** -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Euridice Eugénia Mendes Vieira, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, João Alexandre Sequeira Jorge Silva, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Sílvia Duarte Correia da Rosa, Pedro Manuel Trovão Ferro, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, e os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albufeira, Hélder Manuel Rodrigues Sousa (21:55h), de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, de Guia, José Cabrita (21:55h), de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo, António Gonçalves e Carlos Quintino (22:00h), e em regime de não permanência, os Vereadores, Fernando Anastácio e Domingos Coelho. ---

**FALTAS:** Vítor José Cabrita Neto, Carlos Duarte Vieira Gabriel e o Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma. -----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros Vítor Neto e Carlos Gabriel, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, aos membros, Euridice Eugénia Mendes Vieira e João Alexandre Sequeira Jorge Silva. -----

Havendo quórum (vinte e cinco presenças), o Presidente da Assembleia inicia a sessão e passa a palavra ao público. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Virgolino Correia - Rua S. José, Silves - Venho aqui, para ter mais informações sobre o Plano de pormenor da Balaia. -----

Carlos Ventura - Eu não tenho ódio a ninguém. Estou aqui porque me fizeram muito mal. Em vinte anos a situação é sempre a mesma. Não tenho medo de ninguém e vou dizer o que tenho aqui escrito. -----

HÁ SEMPRE ALGUÉM QUE RESISTA  
UMA CADAVERA ACESSA/MUA NOITE  
ESCURA / REVOLVENDO A CERTEZA  
ENANESPANDO A REALIDADE  
CONDUZANDO A TUBERDADE  
VIA D 25 DE ABRIL  
VIA ZECA APOUSO VIA DELTA D.  
UM POVO COM MEDO  
É A CERTEZA PORÉM  
UM POVO INFELIZ

A PUBLICIDADE EM FRENTE DA MINHA CASA  
O SR. CARAUSO <sup>ESPANADA</sup> O SR. CHEFE DOS FISCALIS <sup>OCUPADA 15 A 20 ANOS</sup>  
FOI LA' COM OUTRA PESSOA PARA OENPARO  
ESPACO ESPANADA / QUE SE ENCONTRAVA  
PARA NO OUTRO LADO DA ESTRADA  
O MESMO AO PERIR UMA INFORMACAO/  
PERDOU ME NO BRACO AS RECLAMACOES  
E EM FRENTE A PARTIR DESSE  
MOMENTO RECLAMO

HOJE AQUI ESTOU A PEDIR  
JUSTICA.

C



ALBUFEIRA 27/07/2007

7

DESVIO DA ESTRADA 6,5 M DO EIXO DA ESTRADA UM LADO DOIS LADOS  
 DEVERIA <sup>SER</sup> 3,25 M NORTE 3,25 M SUL, ZONA NASCENTE IDEM  
 1º AO ANALIZAREM PARA ISSO TEM DE ANALIZAR O DESVIO DO EIXO  
 ANTIGO CAMINHO DE TERRA 6,5 M. DIVIDIDO POR NORTE SUL 3,25 M  
 SOIS RESPONSÁVEIS FEITO DEMONSTRATIVAMENTE A ANALIZAREM QUE  
 JUSTICA SEJA AÍDO HONESTO/ QUE A PALAVRA SEJA O UNIVERSO DA  
 HUMANIDADE HUMILDADE DE DIFERENCIA/  
 DESVIO DA ESTRADA COM ABUSO DE PODER E/ CONSENTIMENTO  
 C.M.A. FISCALIS VAREADORES TÉCNICOS HENDINHOS/ E AMEAÇAS  
 SEM DECOMENTÁRIO ABIRARAM O ANIMAMENTO POSTO POR A MINHA  
 PESSOA/ SENTER CONHECIMENTO FOI FEITO O QUE FOI FEITO  
 REPITO C.M.A. ENTIDADE RESPONSÁVEL POR INFLUÊNCIAS ABUSO DE  
 PODER VAREADOR COM RESPONSABILIDADE CAMARARIA/ AO ANA.  
 LIZAREM ZONA NORTE = ZONA NASCENTE = ZONA NORTE 6,5 M  
 EIXO DO CAMINHO EXISTENTE DEVERIA 6,5 M. DO MEDIANO NO  
 NEM ENTENDER 6,5 M TERRENO FRENTE/ CONSTRUÍRIAM PISTA  
 CICLISMO PISTA PARA PAVAZOS E CARROS DE ATREZADO  
 ANIMAIS PISTA PARA PASSEIO EM QUE NOS DIAS DE HOJE  
 A EXISTÊNCIA FÍSICA MENTAL EXIGE NECESSIDADE ACRESCIDA  
 2º PONTO O ABUSO FOI GRANDE OCUPARAM QUASE A TOTALIDADE  
 DA ESTRADA NUM SO LADO ZONA SUL PARA ALEM DO LIMITE  
 PELO QUAL TINHA SIDO AUTORIZADO COMO PLANTA EM QUE  
 LOS ENTREDEI NA ULTIMA REUNIÃO ASSEMBLEIA/ DEVE-  
 RIA AS DUAS PARTES ZONA NORTE ZONA SUL METADE 3,25 M.  
 ESTRADA DE ACESSO A ANIMAMENTO NO CRUZAMENTO  
 A 100 METROS PONTE A 500 METROS NASCENTE BARCOER-  
 HA A PONTA GRANDE EMPREENDIMENTO ANTIGO VAREADOR  
 RESPONSABILIDADE C.M.A. EM LINHA RECTA 6,5  $\frac{2}{3,25}$

MINHA PARTE LADO SUL LADO NORTE 3,25 M FE  
 A HONESTIDADE NO EQUILÍBRIO 3,25 M NO MEIO LADO 3,25 M  
 NO LADO FRENTE < NORTE > A ESTRADA OPERECIA MAIS  
 SEGURANÇA EM LINHA RECTA O PODER A INFLUÊNCIA EM-  
 PREENDIMENTO PONTA GRANDE PROPRIEDADE DO SR. XNARE  
 EX VAREADOR LADO NASCENTE VILA ROSA 2. PARA NÃO FAZER  
 AUM EX VAREADOR QUE PETISCAVA NA PRÓPRIA REUNIÃO  
 DA CÂMARA QUE DEU ME VONTADE DE ZEVAR CHODRICO PÁ-  
 E LINDO COM CHAPÉU A MODA DO BAILINHO DA MADEIRA  
 EIXO REPARAÇÃO INQUÉRITO AOS TERRENOIS EM QUE  
 OS PROPRIETÁRIOS NÃO DEIXAVAM CONSTRUIR APÓS A  
 VENDA TERREIROS APÓS VENDA CONSTRUEM-SE/ DESDE  
 O INÍCIO DA MINHA SITUAÇÃO SEM RECEBER INFOR-



HÁ O CAMARÁRIA FAZEM SEMPRE ANTERIOR E NO MOMEN-  
 TO / A PALAVRA <sup>HOJE</sup> É A ÁGUA LIMPA QUE BORRA NA FONTE DA  
 HONESTIDADE / ANTES APÓS E HOJE A CONSTRUÇÃO  
 NUNCA POR NUNCA FUI INFORMADO. HOJE MEUS SR. UNS E  
 OUTROS ANTES E NO MOMENTO DESIGNARÁ A VERIDADE  
 NO LADO NASCENTE NÃO EM LINHA RECTA E / A PONTA  
 GRANDE A CURVA À VILA ROSA LATERAL IDEM / ANTE-  
 RIORMENTE VÁRIOS ANOS O SR. PRESIDENTE ACTUAL SR. ES-  
 PERIO / NO MOMENTO VÁRIOS ANOS DESLOCOU-SE AS SESTARIAS  
 NO LOCAL EM FRENTE VÁRIOS ANOS JUNTO À ESTRADA DIS-  
 SE-NE NÃO PODIA FAZER NADA <sup>PSD COS</sup> / PERGUNTO ONDE SE ENCON-  
 TRA A FISCALIZAÇÃO OS TÉCNICOS / PARA UNS NO CASO  
 DE ARREIA FISCALIZAM A ARRABARAM DINHEIRO PARA DIAS  
 SUPAS OUTROS CASOS VILA ROSA E MUITOS CASOS DE COIN-  
 CIMENTO IMPLANTARAM O MEDO / A HUMILDADE DESTES POVO FOI  
 HUMILHADO /

HÁ DIAS JUNHO 2007 AO FAZAR COM UMA SENHORA A NARRA-  
 RA UM SR. ALEMÃO QUIZ CONSTRUIR ALGO IMPORTANTE UM  
 FUNCIONÁRIO CAMARÁRIO ZOMATAVIRA DIZ AO SR. ALEMÃO  
 AGORA PARA CONSTRUIR TEM DE DAR O PROJECTO A UM PRIMO  
 PENSO OU TU QUE TEM UM ESCRITÓRIO PROJECTISTA O  
 SR. FOI AO ADVOGADO RESPOSTA DO PROPRIO / A MULHER ECASA  
 DO SR. ALEMÃO NÃO PODE SER TESTEMUNHA / E EU PELAS PAI-  
 VRAS DO ADVOGADO NÃO PODERIA INTERVENIR PORQUE ESTÁ-  
 VA LIGADO A MESMA AGÊNCIA ESCRITÓRIO DO DITO PRIMO  
 OU TU / O SR. ALEMÃO DESISTIU VENDEU O TERRENO E FOI-  
 SE EMBORA / UM OUTRO ALEMÃO EM SOCIEDADE APÓS VÁRIOS  
 ANOS DE ESPERA PARA 2ª DE LADOS / HAVIA SEMPRE MO-  
 DIFICAÇÕES DESESPERADO SUGERIU DA FAZENDA MORREIS  
 HÁ MESES 2007 PARA 2ª DE FORTIMÃO UM EMPREITEIRO  
 JÁ A CONSTRUÇÃO FEITA FOI EXIGIDO POR FUNCIONÁRIOS  
 UMA VERBA DE 15000 EUROS O EMPREITEIRO EM  
 QUESTÃO NÃO CEDEU A HISTÓRIA HOJE NÃO SEI  
 HÁ 30 ANOS MAIS OU MENOS FOI EXIGIDO POR UMA  
 ESCOLAS NO CAMPO QUE NÃO PREJUDICAVA NADA FOI  
 ENTREGUE 50 CONTOS / O POVO TEM MEDO VOCÊS  
 RESPONSÁVEIS KOS SOIS O PAPEL DAS CONFISSÕES  
 SE SEI ESTAVO ISOLADO VOCÊS RESPONSÁVEIS ESTÃO  
 AO CORRENTE DAS SITUAÇÕES / OU SÃO CONVENIENTE



O ANTIGO CINEMA NO MOMENTO/ÚNICO LOCAL CULTURAL  
 VENDIDO. FECHADO POR REPRESENTAÇÃO/EUCHERAM-SE COM O POVO  
 FÁBRICA DE FIOS PROPRIETÁRIO ANTIGO PRESIDENTE SR.  
 HENRIQUE CAIOLA/ NESSE TEMPO ERA O FACINISMO OBRI.  
 COM OS PROPRIETÁRIOS DE TERRENOS NA OUPA A VEM.  
 DER-2HES HOJE NEXISTE O QUE EXISTE COM AMEAÇA DE  
 PRISÃO ESTES QUIPOS DIVIRAM O FILMO A MARQUADO  
 FAZAR DESTA SITUAÇÃO/ ENTRE OUTROS/ O PRIMEIRO DO POVO  
 DE ABOFEIRA FOI A ENRECEPER TODA AQUELA ESQUEMATIZA/E  
 OUTROS EM QUE AS PESSOAS NEM TIVERAM DIREITO ÀS REFOR-  
 MAS NEM O MÍNIMO DE SALÁRIO NÃO FOI PAGO PARA TER  
 ACESSO A REFORMAS  
 SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA SR. PRESIDENTE EM A  
 SRAS. SENHORAS REPRESENTANTES/ QUEM GOVERNA/ OPOSIÇÃO  
 ANALIZEM JÁ O DISSERAM HÁ SEMPRE ALGUÉM QUE RESIS-  
 TE/ HÁ SEMPRE ALGUÉM QUE MANTEM UMA PANDEIA  
 ACESA/ NUMA NOITE ESCURA/ REPOVOANDO A CERVEZA  
 EMANCIPANDO A LIBERDADE LEALDADE/ COMBUSTANDO A  
 LIBERDADE/ VIVA O 25 DE ABRIL/ VIVA ZECA AFONSO  
 VIVA CATARINA OFENIA/ VIVA DELGADO  
 UM POVO COM MEDO/ É A CERVEZA PORÉM/ UM POVO  
 INFELIZ/.

ANALIZEM OS SR. VARIADORES/ EX SR. VARIADOR EX FUNCIO-  
 NARIO EX-TINTO SOUTO MAIOR GUY/ EX SR. VARIADOR XITRE  
 PONTA GRANDE O/ ANTECEDENTES SR. PRESIDENTE EM A ESÁ  
 AO CORRENTE EX SR. VARIADOR CORREIA MARIA/ EX-  
 SR. VARIADOR SR. PESCARA, O ARQUITECTO SR. MELO  
 ANALIZEM O SR. PEDRO ARQUITECTO AOS RESPONSA-  
 VEIS QUE TÊM DIRECTAMENTE OU INDIRECTAMENTE  
 DECISÃO DE OPSÃO A PODER/. QUEM CONSTRUIU EM CI-  
 MA DE TERRENOS DUAS FALESIAS RETIRARAM A BELEZA  
 DA ARQUITECTURA VISUAL/ QUEM AUTORIZOU/  
 OS TERRENOS EM QUE OS PROPRIETÁRIOS DE ORIGEM EM  
 MÓS NÃO CONSTRUIAM/ PAUSADOS E MAL ACONSELHADOS  
 NO MEU CASO IDEN QUERIAM COMPRAR O TERRENO  
 APÓS A VENDA PORPOCIONADO POR TERCEIROS CONSTRUIAM/  
 VERIFICAR OS INTERMEDIÁRIOS E POR DENTRO DA EDI-  
 LIDADE EM A, INQUÉRITO VERIFICAR MEU CASO E TODA  
 O CONCELHO DE ABOFEIRA QUEM É QUEM



ESSE DITO TERRENO NÃO ACEITE O PROPRIETÁRIO  
 TEVE PREPOSTAS A BAIXO PREÇO CONSTRUÇÃO EXISTE  
 CENTENAS DE CASOS SEMELHANTES / O PRIMEIRO OCORRA  
 A CULTURA DA MINHA TERRA DESMANTELARAM A ARQUI-  
 TECTURA PRODIDA DE SENTIMENTOS DESTORNA-  
 RAM OS HÁBITOS DO POVO / A IMAGINAÇÃO PERDEU-SE  
 PELO FALAR PELO MEDO /  
 DESLOCARAM-SE DURANTE ANOS AS POPULAÇÕES ONDE  
 EXISTIA A MATÉRIA CULTURAL NATIVA DE ORDEM  
 INCIMINARAM PRECEPTAR / DESPRENDERAM A NECTAR  
 DO SUOR DA CULTURA IMPLANTARAM A DECECUBA ELUMI.  
 NANDO A MEMÓRIA OS MOINHOS OS BARCOS AS SACADAS  
 AS RODILHAS PUCHADAS PELOS BRACOS DO ESFORÇO  
 ARDERAM A MEMÓRIA DE TODO UM PASSADO / OS MOINHOS  
 EXPLENDOR COM AS FLORES DA AMBUDOEIRA PATALISO  
 DA IMAGEM DO PASSADO OS TERRENOS / EM QUE OS NA-  
 TURAIS NA ORDEM DE SÉCULOS DA FAMÍLIA POR DECAÇÕES OS  
 TERRENOS PELO CARACTER HUMILDE, HONESTO, DESTE POVO  
 EM QUE UM MEDOÇO UM APERTO DE MÃO / A PALAVRA ERA  
 ALGO SACRADO / FIZERAM COM OVAL CAMARÁRIO PEÇO DES-  
 CUIPA QUEM O FEZ / FIZERAM UMA BOA CALDEIRADA DE  
 SARDINHA ASSADA QUENTE NA PEÇA DE TEATRO  
 AO NÃO SE PERMITIREM UMA RESIDENCIAL CAVE SAIA AIL  
 PRADA PARA TEATRO CONCERTO / COM CAVE PRÓPRIA COM  
 BOLINS DISCOTECA A CLIENTELA DIFERENTE / AO NÃO  
 SE PERMITIREM UMA RESIDENCIAL / A IDEIA ERA EVOLUIR  
 NAS SESHARIAS NO TURISMO / APOÓS UM ZOPAL DETER-  
 MINADO COMPRARIA TERRENO PARA FIM A PREÇOS  
 DE ALUGUER MAIS ACESSÍVEL AS POPULAÇÕES / OS RES-  
 PONSÁVEIS MATARAM O SONHO DE AZULEM / QUANDO UM  
 HOMEM SONHA É O VERDE NO TODO A ÁRVORE NA NOITE  
 ESCURA A FÁBRICA NATURAL REPRODUZ O AR QUE NOS  
 NOSSOS PULMÕES RESPIRAMOS / NÃO SOU UM SAUTO / MATA-  
 RAM O SONHO / QUANDO O SONHO MORRE O OBJECTIVO O VEN-  
 TO / O CAVAR COM A ENCHADA PARA DURA AS ÁGIDAS DO  
 O PRADO DEIXA DE PRESSER AS FLORES / DEIXA DE EXISTIR  
 PÉTALAS DO SENCE DO PERFUME DO SUOR ESCORTADO  
 DOS CAMPOS NAS LEZIRIAS DOS AFFECTOS / AOS CAMPOS  
 CAVADOS PELO ESFORÇO DOS BRACOS FLORIDOS DO AMARE-  
 LU DO CENSEIO A CERVADA AS PAPOÍLAS DESSE INEIL-  
 SO AZENTADO DE CATARINA E SEU FILHO DE OFEÍNA



POR ISTO POR MUITO MAIS EXIBO REPITO-ME POR  
 MINHA PARTE REPOR O ALINHAMENTO REPITO REPOR  
 O ALINHAMENTO G.S.M. DIVIDIDO FRENTE 3<sup>25</sup> NO MEU  
 LADO ENDEIREITAR A ESTRADA COM NORTE ZONA NASCENTE  
 TE IDEM / REPOR O MEU TERREIRO PEIA SUA ORIENTE  
 ZONA NORTE / NASCENTE VILA ROSAL / SR. PRESIDENTE  
 DA ASSEMBLEIA / SR. PRESIDENTE MEM SR. ESIDERIO  
 SRS. SENHORAS DA MESA DA ASSEMBLEIA / SR. VARIEN-  
 DORES / SRS. QUE FAZEM POLITICA QUE VOTAM / SOIS  
 RESPONSAVEIS / QUER QUEM SE ENCONTRA A DOVER NAR  
 QUER OPOSICAO / QUER O SR. PRESIDENTE DA JUNTA DA  
 FREQUENCIA SR FERNANDO DAS FERREIRAS / DEI-ZHE UM  
 PARAO HA DOIS MESES PARA VERO QUE FARIA  
 EVIDENTEMENTE NEM TEVE PARA HA NAO FAZAR NO OUT-  
 RO CASO / A DELICADEZA DE TELEFONAR O DEVER DE UM  
 RESPONSVEL E REPOR A VERDADE ANALIZAR COMO  
 AMIGO QUAL A TIPO AMIGO DE PENICHA / PROVAVELMENTE  
 ALGUNS NAO SABEM ESTA ESTORIA PODEREI CONTAR-  
 VOS SE ASSIM PRETENDEREM / O SR. FERNANDO  
 PRECISAMENTE AGIU EM CONFIRMIDADE / NO QUE PENSO  
 ORITANDO AO VENTO FAZAR A CHUVA PESQUIZAR O  
 TERRAMOTE FAZAR OU NAO FALAR EIS A QUESTAO  
 O SR. FERNANDO NO HOTEL MONTE E/OUO QUANDO VEIO  
 SR. VITORINO / O SR. PRIMEIRO MINISTRO ACTUAL  
 OUTRO REPRESENTANTE DA ALTA ESFERA SOCIALISTA  
 NA SAIA O SR. PRESIDENTE DA JUNTA FREQUENCIA DAS  
 FERREIRAS NAO FAZA / ELE ORIANÇA VIZINHO EU TINHA  
 PENA DO SEU SOFRIMENTO COM A PERNA ACTIVA  
 CADA PASSADA A CARA DEBE TRANSFORMAR-SE PELO  
 COMPASSO DA MARCHA E OUTROS HOJE SOU EU QUE  
 NAO QUERO FALAR A MAIOR PARTE DESSES ENBECER  
 QUE NAO GOBERNAM DIGNIFICAR NUM OUTRO LO CAL PELO  
 NA ASSEMBLEIA DEI-ZHE NAO ME FALES / A ELE COMO  
 RESPONSVEL DEI-ZHE O PARTAO PARA AVERIGUACAO  
 COMO OPOSICAO INTERESSAR-SE ELE OU OUTROS / NEGA-  
 TIVO A HISTORIA DO NAO FAZAR NAO NECESSITO QUE  
 ME FAZEM A DEMOCRACIA A EDUCACAO E EXISTENCIA  
 CONCLUSAO A DEMOCRACIA ACABA QUANDO ACABA A  
 LIBERDADE DE OUTRO HUMANO / A DEMOCRACIA DEU-  
 ME O DIREITO NESTA SAIA APÓS A REUNIAO / SR.



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA E MEMBROS PODEREMOS FAZER COMO BEM ENTENDER-MOS PELO VEX SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA O MEU CASO ESTAVA LIGADO A SENTIMENTOS SIMPATIA AMIZADE DEMOCRACIA A CONSTITUICAO ASSISTE-ME A ESSE DIREITO A REPLICAR DE IGUALDADE A ESSA LAMENTAVEL SEMA EM FRENTE DO SR. FERNANDO E OUTROS TENTEI SEMPRE COM DIGNIDADE SER IGUAL AO MEU PENSAMENTO/RETIRAR A UM HUMANO O ESSENCIAL E CRIME ORIGINAL MORTE DA PLANETA POR FOME E MISERIA GUERRA POR SEGUNDO VARIAS PEZEMAS DE SERES VIVOS MORTOS QUE SE EXTINGUEM PELO SOFRIMENTO NOS CAMPOS DE REFUGIADOS EM QUE A MORAL CONCERNE TODA A POLITICA UNIVERSAL

VEX FIZERAM-ME PARAR NO TEMPO O MEU PROJECTO DE VIDA TINHA DIFERENCAS/PRIMEIRO O SER UM HUMANISTA/SEGUNDO COMBATER A ADVERSIDADE/TERCEIRO CONTINUAR HUMANO COM TODA ESTA ADVERSIDADE DE PRECONCEITO/QUARTO ORGANIZAR-ME INTERECUADAMENTE INTERIORMENTE INCLITO ANALIZANDO/QUINTO FABRICANTE DE SONHOS POSITIVOS/SEXTO SER UNIVERSALISTA/SER CRITICO PELA POSITIVA DE EQUILIBRIO/OCTAVO ENRIQUECER O MEU VOCABOLARIO/ONBLE HUMILDADE FORMULANDO A SABODERIA POPULAR/VIAJANDO ENCONTRANDO-ME NO MEU ESPACO PROPRIO VIAJANDO PELOS SONHOS DO SONO PELAS ARESTAS DO PENSAMENTO POSITIVO DE EQUILIBRIO/DECIMO CONTRARIAR A ZUFFEIRA FOI DESFEITA CAPITAL DO TURISMO AS ZONAS VERDES AS CRESCES DE EQUILIBRIO/A SAUDE DE EQUILIBRIO/O PARQUE DE NECESSIDADES EM TROCA DE PERMITIR/UMA EXTENSÃO DE TERRENO FICARAM COM O ANTIQ LIDLY/O EQUILIBRIO DE CASAS DE REPOUSO APOS LARGO DOS DOLFINOS ENTERRARAM UM PARQUE DE NECESSIDADE/A MARINHA UMA ABERRACAO EM TROCA DE UM PORTO DE CAPACIDADE A PAQUETES NA RENOVACAO DA FROTA MARINHA MERCANTE PREPARANDO MOVIMENTO VENTO SOAR ONDEJACAO/NUM LOCAL PROPRIO AOS CIENTISTAS PODEREM DAR EMAGINACAO A EMAGINACAO/A PARTIR DE TODO AQUELE ESPACO O CENTRO DA IMAGINACAO CIENTIFICA/DANDO CAPACIDADE NAU POLUTIVA A REPARACOES E FABRICO DE TIPO TIPO DE EMBARCACAO E OUTROS



POR ESTE É O QUE CITAREI MAIS À FRENTE É O QUE VAI  
 FALTAR / POR O QUE ME FIZERAM POR O QUE FIZERAM AO POVO  
 NÃO FUI AO ENCONTRO PRIMEIRO DESCONHECIA / POR PRIN-  
 CÍPIO DESCONHECIA PESSOAS LIGADAS A PROJECTOS HOMES  
TAMENTE LEGAL PODERIA TER DADO O PROJECTO A UMA  
 OUTRA ENTIDADE PROJECTISTA / AO FAZER COMO FALO EVI-  
 DENTEMENTE FAÇO FUGIR A SARDINHA DO MEU CAPOTE  
 HA TEMPOS <sup>ANOS</sup> FAZARAM-ME DAS PORCENTAGENS DOS DINHEIROS  
 DA COMUNIDADE EUROPEIA PROJECTO FEITO ACESSO DIFEREN-  
 CIADO, EMPRÉSTIMOS BOMIFICADOS E DISTRIBUIÇÃO EVIDENTE  
 POR NÃO DEIXAREM O PAÍS EVOLUIR DANDO OPORTUNIDADES  
 COM AFINIDADE A INTERESSES PESSOAIS PERDENDO A OPOR-  
 TUNIDADE DE IGUALDADE EM QUE A CONSTITUIÇÃO PREVALECE  
 OS DIREITOS DA CONSTITUIÇÃO, O SR. PRESIDENTE DA  
 REPÚBLICA EXPRESSA-SE EXISTE CORRUPÇÃO / EXISTIU  
 HOTEIS SEM LICENÇAS / NEM COM FIRMIDADE / EXISTIU  
 RESIDÊNCIAS VILAS EM CIMA DE FALÉSIAS / EXISTIU  
 VILA ROSAL ESTÁ EM CONFRONTAÇÃO COM OS QUE / EU  
 DESPREVENIDOS / ME FOI COMUNICADO UM BLOCO FOI FEITO  
 SEM CONSENTIMENTO OUTROS INICIAL 2 ANDARES  
 NO PROJECTO CONSTRUI-SE 21 ANDARES / OS FISCALIS  
 NO PARO DA CÂMARA VIA-OS PASSAR A VISITAREM  
 VILA ROSAL / FOI ME INFORMADO A FILHA DO SR. CONS-  
 TRUTOR EMPAREITEIRO VILA ROSAL TRABALHA COMO  
 ARQUITECTA CMA. FALEI PELO DESTO DO SR. PRESIDENTE  
 CMA. COMPREENDI É A VERDADE.  
 FOI ME CONFIRMADO QUE ALGUMAS PESSOAS FORAM  
 PRESENCIADAS DE TERRENOS VENDIDOS NÃO SEI  
 NÃO SEI / O QUE SEI ESTÁ A EXISTIR A MUITO  
 TEMPO UM INQUÉRITO APRECIATIVO COMUNICATIVO  
 INFORMATIVO AO POVO AOS INTERESSADOS  
 A ESTA QUESTÃO PRIMINOSA / NA GUIA SR. AMAN-  
 EIO / O SR. PRESIDENTE REFERE-SE NO TEMPO  
 ESTES PROBLEMAS SÃO COMEÇADOS / OUTROS DOS  
 MUITOS CASOS NUM CRUZAMENTO UM BLOCO DE  
 APARTAMENTOS CONSTRUI-SE EM CIMA DE UM  
 TERRENO DE OUTRO PROPRIETÁRIO / NA GUIA  
 EXISTE UM TERRENO AO LADO TUDO CONSTRUIDO



O TERRENO LIDIXE/OS TERRENOS MARINA/210LYE ESTAVA  
FOI VENDIDO TODA AQUELA EXTENSÃO 250 MIL CONTOS O  
PARQUE E MUITO O ESPACO ANTIGO LIDIXE AVERIGUAR  
QUEM VENDO/SE ALBUFEIRA NO CENTRO O PARQUE SE-  
RIA MAIS VANTAJOSO/MARINA UMA ABERRAÇÃO QUE AMB.  
CAS DE EXPROPRIAÇÃO FAZEM HE UM PROPRIETARIO/  
UM CASAL EM QUE O SR. TEM AS PERNAS CORTADAS TIVE,  
RAM DE VEDAR O TERRENO PELO QUE TEM SIDO FAZADO  
PARA PROTECÇÃO/ E MAIS AÍZU/ AS CASAS SÃO BLOQUEADAS  
E TERCEIROS SEMPRE OS MESMOS CONSTRUEM/ AVERIGUAR  
QUEM SÃO ESSES SENHORES

MEUS SRS. MINHAS SENHORAS SR. RESPONSÁVEIS PUBLICO  
SE REALMENTE SE ENCONTRAM NESTA SALA/ EM NOVE-  
BRO DEPENDE DA MOTIVAÇÃO ONDE ESTAREI NÃO SEI/ SEI LA  
NUNCA SEREI UM VENDEDOR/ ASSIM É A MINHA ORIGEM  
SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA/ SR. PRESIDENTE EMA  
SRS. SENHORAS RESPONSÁVEIS ESTIVE SEMPRE PRESENTE  
PMA FEZ/ ENTÃO/ DESFAÇA/ A DEMOCRACIA A CONSTITUI-  
ÇÃO DEMOCRÁTICA AO POVO HUMILDE A QUEM QUERO SER  
PERCEMA TENHO O DIREITO PEÇO A VO EX RESPONSÁVEIS  
E OPosição/ O DIREITO QUE ME ASSISTE REPOR O QUE  
ME KIZERAM/ INQUIRITO A VERIGUAR TUDO QUE UM  
POVO POR MEIO <sup>DES</sup> CONHECIMENTO FAÇA EM VOZ BAIXA  
POR MOTIVO DE REPRESENTAÇÃO/ O MEU CASO A PERSECUÇÃO  
TEM SIDO CONTINUAMENTE CITANDO POR ORAL OU ESCRITO  
JUDICANDO O SR. PRESIDENTE/ PORQUE NÃO HE PAIO O MEU  
PAÍS A FRANÇA A EUROPA A PLANETA O UNIVERSO  
E <sup>OS POVO</sup> A CONDENAÇÃO DO VERSO SOFRER AO VERBO AMOR  
REPITO. HE PRÉTENDO INQUIRITO SR. PRESIDENTE DA  
ASSEMBLEIA SR. PRESIDENTE EMA E ~~DIS~~SIDERIO SRS  
SENHORAS RESPONSÁVEIS/ O CASO SR. XUFRE EX  
VARIEDOR RECIENTE PENSO COMO NO MEU CASO EXER-  
CENDO AS FUNÇÕES VARIEDOR EMA O SR PRESIDENTE  
PMA ESTÁ AO CORRENTE OCUPOU COM ABUSO DE  
PODER COM CABOS DE ALTA TENSÃO O MEIO DE UM  
TERRENO/ COM PROVEITO PROPRIO UM SEM OUTRO AL-  
DEAMENTO/ LEGANDO SER CAMINHO ONDE O CAMINHO  
SERIA LATERAL PARA OS CABOS SER RETIRADOS O  
PROPRIO PROJUDICADO TERIA DE PAGAR AS DESPESAS  
ISTO E MUITO MAIS O SR. PRESIDENTE SR. VARIE.



DORES SR. FISCALIS / A VERDADE TEM DE SER IMPOSTA  
 RESPEITANDO A DEMOCRACIA / FICO PENSANDO QUE QUALIFICA-  
 TIVO / QUEREM O PROGRESSO ONTEM TARDAR HOJE GRAVE  
 A SOCIEDADE VIVE NO DESÍQULIBRIO / A PLANETA ESTÁ  
 DOENTE AO SISTEMA QUE GERIMOS O PATRIMÔNIO PLANE-  
 TÁRIO UNIVERSAL / ESTÁ DECADENTE / A CIVILIZAÇÃO SEM  
 ORIENTAÇÃO DE EQUILÍBRIO É O PAUS / CONTINUAMOS A  
 DISCUTIR ASSUNTOS QUE NÃO DEVERIAM EXISTIR ASSUN-  
 TOS DE BAZILIA / ULTRAPASSANDO OS ASSUNTOS DE TEOR  
 DRAVÍSSIMO PARA AS REMOTAS CIVILIZAÇÕES FUTURAS  
 AO ASSUNTO COM TRES ANOS POR UM PROJECTO 2º NÃO  
 ME DEIXARAM EVOLUIR A OPORTUNIDADES COMPARATIVAS  
 3º O PAÍS NÃO EVOLUIU / 4º HOJE EXISTE HOTÉIS RESI-  
 DENCIAIS VILAS EM CIMA DE FAZÉSIAS / EM CIMA DE DONS  
 NÃO PROTEGERAM UM PATRIMÔNIO / NO CIMA DA BAZILIA  
 PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE PELO CIMA A FORA /  
 HOTEL 300 EM CIMA METERAM O CIMENTO / PERTENCENTE  
 PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE / VESTÍDIOS MILENÁRIOS A  
 MARINA DE ALBUFEIRA / DA BAZILIA A BAZILIA SARGAOS  
 UMA ABERRAÇÃO / EM NOME DO DESCONHECIMENTO ENCHE-  
 SE COM CIMENTO A HISTÓRIA UNIVERSAL / A MEMÓRIA  
 POVO SEM MEMÓRIA / É O DESCONHECIMENTO PELOS CIMA  
 CIAS HUMANAS / POR ISTO TODO ISTO PELO SOFRIMENTO  
 O QUE FIZERAM DECHAUTELARAM O PRINCÍPIO É O FIM  
 DA CULTURA NARRATIVA NO QUE ERA PROPRIO  
 EXÍLIO INQUÉRITO A REPÔR A VERDADE / EXÍLIO INQUÉ-  
 RITO O QUE SE PASSOU COMIGO / EXÍLIO EDIMINIZAÇÃO  
 SE INSIRA O RESPEITO / A CIMA. FEZ DESFAÇA / EXÍLIO  
 O INQUÉRITO AO CONCEITO DE ALBUFEIRA / AOS RES-  
 PONSÁVEIS QUE DURANTE ANOS ABUSARAM DO PODER  
 QUE SE APODERAVAM / PODER DE PAPEL VOANDO AO VENTO  
 BENEFICIANDO EM DESBENEFÍCIO DA RAZÃO DO CONSEN-  
 CO RESPONSABILIZO A PARARA MUNICIPAL DE ALBU-  
 FEIRA NAS PESSOAS COM RESPONSABILIDADES DO  
 ALGARVE. É UMA PARALIMIDADE ESTA DESORGANIZAÇÃO  
 COMPLETA / UM POVO NÃO EVOLUI VIVE NO MEDO POR  
 REPRESENTA / FOI O SUFICIENTE O OBSCURANTISMO  
 DE DÉCADAS A DITADURA / PORTUGAL NÃO SOUBE APRO-  
 VEITAR AS OPORTUNIDADES / O PR. SARAIVA UM DOS  
 SEUS DECOMENTÁRIOS NA NARRATIVA DE HISTÓRIADOR



PORTUGAL NO AUSE DE RIQUEZA COMPRAVA-SE TUDO X  
 E HOJE MAIS NÃO SE RENOVAVA/O PAÍS EMPOBRECEU  
 OS COFRES ESVAZIARAM-SE/À ENTRADA À COMUNIDADE  
 EUROPEIA OS DINHEIROS RECEBIDOS MAL GERIDOS, E  
 MUITOS AFIRMAM DESVIADOS/AS PORCENTAGEM/O PAÍS  
 HOJE SOFRE/  
 PORQUÊ UMA RESIDÊNCIA É PATRIMÔNIO DE AFECTOS  
 DE IGUALDADE A OPORTUNIDADES/ PROJECTO CEDIA  
 PORCENTAGEM RECLAMADA BENEFICIARAM UNS NO CONSUMO-  
 TO EMPOBRECEM O PAÍS/OS QUE CONTRIBUÍAM NESTE  
 FLUXO DE MISERABILISMO/AMANHÃ QUANDO ACABAR AS  
 REMESSAS DE DEVISAS DA EMIGRAÇÃO/AMANHÃ ACA-  
 BAR O TURISMO INTRANSMISSÍVEL/AMANHÃ QUANDO  
 ACABAR O DINHEIRO DA COMUNIDADE/90% SEPARA/É  
 O RETORNO DA MOEDA/O PAÍS PERDE A SUA FUNCIONA-  
 DE UNIVERSALISTA, DO NORTE AO SUL AS ILHAS/AMANHÃ  
 É DA HOJE MEUS SENHORES TEMO DE EPOTECAR SEM  
 ACESSO A CONSENSO DE EQUILÍBRIO EPOTECAR O FUTURO  
 DE UMA REVOLUÇÃO UNIVERSALISTA/EPOTECAR A  
 SOPA DA POBREZA/ALGUNS DE VÓS INCONSCIENTEMENTE  
 ENCONTRAIS AQUI NÃO SOU POLÍTICO/SIM UM CRÍTICO  
 COM ESPÍRITO POSITIVISTA/EN SOU UM DRITO UM SORRO  
 EM QUE A ALMA PREENCHE O SOFRIMENTO/EN SOU AL  
 PALHAS DENTRO DO BOLSO/BATE-SE PALHAS A TODOS ME-  
 NO À INCERTEZA/A CORDA ESTÁ A DESFACELAR HÁ REMÉ-  
 DIO/PENSO QUE NÃO PORQUE O HUMANO É UM INCOMPLETO  
 HOJE ESTOU AQUI AMANHÃ NÃO SEI O QUE SEI EXISTO  
 INQUÉRITO/A TODO ESTE FANFARRISMO DE MENTALIDADES  
 AO QUE ME FIZERAM VEX ESTÃO AO CORRENTE DA  
 CITEI VÁRIAS VEZES/HOJE ESTOU AQUI AMANHÃ  
 NÃO SEI DEPENDER DO MOMENTO/DEPENDO EM NOVENO  
 QUEM SABE ONDE ESTAREI/O QUE SEI EN TENHO  
 A DEMOCRACIA VEX DERAM-ME ESSE DIREITO QUEM  
 ME PROVOCAR HAVIA PASSAR PELAS MESMAS PAZARAS  
 SÓ SEI PODER TER A PERTEÇA POR AÍ NUNCA IREI/  
 EN NOME DUMA SOCIEDADE MAIS EQUILIBRADA NA DE-  
 FESA DO HUMANO NA DEFESA DO EQUILÍBRIO PLANETÁRIO  
 EXISTO DA VOSSA PARTE RESPONSÁVEIS QUER DIREITA  
 ESQUERDA OUVIRO/QUEJÁ GOVERNARAM/QUE  
 GOVERNAM/OU EMITAM O GOVERNAR O POSIÇÃO



OU MAIORIA/QUEM FOI E NÃO FOI OPÇÃO/EXISTO REPE-  
 TINDO-ME/AOS FUNCIONÁRIOS AOS FAMILIARES AMIGOS E  
 OUTROS FINS/INQUÉRITO PARA ME POR A VERDADE  
 PRETENDO INQUÉRITO DE TODAS IRREGULARIDADES  
 NÃO SOU POLÍTICO NÃO SERE! CAPAZ DE SER PRESIDENTE  
 NUNCA VOTEI O QUE ME MOTIVA POR VEZES A IGNORÂNCIA  
 DE JUSTIÇA  
 ENTREGUEI NA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL FOI ME  
 COMUNICADO POR SUA EX SR. PRESIDENTE NÃO ERA  
 GUARDADOR DE CARTÃO DE ELEITOR/COMO PESSOA HUMANA  
 COM VIRTUDES E DEFEITOS/NÃO DE DENTOR DA VERDADE  
 SEM NUNCA TER VOTADO A REVOLUÇÃO QUE ME FIZERAM  
 O QUE FIZERAM A ESTA TERRA E CONTINUAM A FAZER  
 NO TODO A EMIGRAÇÃO OS PORTUGUESES CONTINUAM A  
 SAIR POR NECESSIDADE/POR CIMA DA MARINHA FICOU  
 PARADO NO TEMPO UMA CONSTRUÇÃO COM FIM CASA  
 DE REPOUSO PARA PESSOAS DE IDADE INVESTIDEM  
 QUEM A QUEM SE VENDERAM ESSES TERRENOIS/QUEM  
 OS COMPROU E SE HOJE AS PESSOAS EXISTE CONFORTO  
 ONDE ESTÁ AS DESEMPREGADAS QUE OS ALBUFERIENSES  
 E RESIDENTES/NECESSITAM / ONDE ESTÁ AS CASAS DE  
 REPOUSO QUE OS ALBUFERIENSES E RESIDENTES NE-  
 CESSITAM/ONDE ESTÁ O TERRENO DO ZIDYE COMPREM  
 AS DESEMPREGADAS A PARAGEM DE AUTOPARROS/A PARQUE  
 APÓS OS GOLFINHOS/O RIBEIRO ULTRALADO PODERIA  
 SER UMA MINIA TORA DE ATRACÇÃO DE AVEIRO COM  
 O QUE PODERIA COMPARAR/ONDE ESTÁ AS ZONAS  
 VERDES OU PARQUES DIGNAS DESSE NOME/EM QUE OS  
 ALBUFERIENSES E OS QUE NOS VISITAM/TENHAM  
 UMA MARCA DE PRESTÍGIO INTERNACIONAL/NÃO PEN-  
 SEM QUE ESTOU AQUI PARA VÓS DEMOLIR DENUNCIAR  
 OFENDER/OU VÓS TENHO ODIO/SIM SINTO ME TRISTE  
 E TENHO PENA POR VÓS. NÃO TENHO ODIO A NINGUÉM  
 EU FUI ÀS PESSOAS QUE ME FAZEM MAL DEIXO DE EXIS-  
 TIR PARA ESSAS PESSOAS/HOJE ESTOU AQUI EM NO LEM-  
 BRO NÃO SEI ONDE ESTAREI/SRS RESPONSÁVEIS POLI-  
 TICOS SOIS A RESPONSABILIDADE DO FUTURO  
 POR TODOS ESTES MOTIVOS EXISTO REPARAÇÃO DO QUE  
 ME FIZERAM/NO LADO ONDE HÁ CASAS EXISTE O LANCIL  
 A FOSSA/A FOSSA COM TAMPA ABERTAS/A FOSSA



O RESPONSÁVEL EM FRENTE DA BRIGITE FAZTA-ME ~~VI~~  
 O RESPEITO / A FOSSA O CHEIRO O CAMIÃO FAZ DE ~~XII~~  
 PREPOSITO EM FRENTE SEXTARIAS AMEAÇA-ME  
 A FOSSA NÃO TEREM A RAZÃO A INFORMAÇÃO/  
 VARIADOR VICE PRESIDENTE OBRIGADO O SR. FOI CORRETO  
 A VESTURIA SEM AVISO E NA EDUCAÇÃO / REVOLTEI-ME  
 A EXAMINE / QUANTAS EXAMINES NO CENTRO DE  
 ALBUFEIRA UMA COM ALTURA EDIFÍCIO PRIMEIRO ANDAR  
 AO NÍVEL RES/CIA/O OFICINA EXAMINE POQUE  
 TE QUINHOS SUBSTENCIAL BAIXA / CASAS COM GRANDES  
 DIMENSÕES DIZER QUE FAMILIAR TRABALHA COMO  
 FISCAL P.M.A. A ÁGUA FAZEM FREQUENTEMENTE 150  
 20 DIAS TINHA DE TER GARRAFÕES PARA AS MÃES,  
 SIDA DE

PERSONALMENTE NÃO É FORMATO DE DENÚNCIA / O QUE  
 SE PASSOU COMIGO É REAL VISUAL / ENCONTRO-HE  
 É REAL ENCONTRO-HE FECHADO FUBI A ESTA  
 ABERRAÇÃO DE HOODIA DO FAZAR POR FAZAR E  
 FAZAR PARA FAZAR MAL / SRS SENHORAS RESPONSÁ-  
 VEIS E PRESENTES SE ENCONTRAREM-SE O MEU  
 ACTO NÃO É OFENSIVO SIM DE JUSTIÇA / PRETENDE  
 REPOR AS ESTRAPAS NAS SEXTARIAS 0385820)  
 SEXTARIA ALBUFEIRA CARLOS JOSE VENTURA

REPOR O MURRO NO LOCA? NO AVERIGUAREM O AZINHAR-  
 MENTO NOS DOIS LADOS DIVIDINDO POR DOIS DO  
 FIM DO ALTISSIMO CAMINHO 0,5  $\frac{1}{3}$  25 / POR ABUSO DE  
 PODER EXISTO O AZINHAMENTO / REPOR OS MURROS QUE NA  
 MINHA AUSÊNCIA SEMPRE ME PERMUNCEI POR ESTA  
 E OUTRAS ILEGALIDADES DE OPORTUNIDADES / O SR.  
 COM OVAL CAMARÁRIO ULTRAPASSANDO A ELEGÂNCIA  
 PONTA GRANDE PROPRIETÁRIO EX VARIADOR SR. XURE  
 REPONHAM O MURRO NO REVOLUÇÃO RETIREM A  
 ESTRADA SE NECESSÁRIO UMA FILA DE CASAS  
 E RESTAURANTE PARTIREM PARA REPORA LEGA-  
 LIDADE / REPITO-HE INQUÉRITO AOS ABUSOS MEFERAM-  
 ME EM DIFICULDADES MUITO BOA GENTE DESPLACAM  
 CULTURA NATIVA DO POVO A QUE PERTENCE  
 EM NOME DA JUSTIÇA DA DEMOCRACIA DAS OPORTUNI-  
 DADES COMPARATIVAS / E AO BOM SENSO EXISTO  
 INQUÉRITO SOLUTAÇÕES

Presidente da Assembleia - Sr. Virgolino Correia, eu tenho aqui o Plano, se quiser pode ir consultando-o. Ele esteve em discussão pública de três de Fevereiro a seis de Março. -----

Luís Reis - Boa noite a todos. Eu vi uma noticia hoje no "Público", que a Câmara Municipal de Albufeira é uma das quatro câmaras mais em crédito em tesouraria e penso que, segundo aquilo que li, a Câmara Municipal de Albufeira deve à população duas ou três situações que são bastante alarmantes e camufladas. A primeira situação que vejo, mais antiga e continua com bastante carência, é um Lar de Terceira Idade, digno, onde os idosos não morram de tédio hipnótico e onde o ar não feda a urina. Onde as recuperações físicas e psíquicas não sejam uma ofensa à inteligência daqueles que dela necessitem. Onde os tempos livres sejam ocupados, acompanhados por técnicos imaginativos. Onde as listas e espera não aumentem e não anunciem a vaga somente após a morte. Segundo ponto: falta em Albufeira, Lares de acompanhamento da dor e morte, com a dimensão digna, onde o agonizante encontre uma mão que o aconchegue na sua última morada. Terceiro ponto: faltam Creches devidamente apetrechadas com técnicos por X número de crianças e monitores que abram os horizontes de todos os nossos filhos que têm evidente obrigação de ser o nosso presente e futuro. Se esta sociedade continuar o esbanjamento de dinheiros de todos nós, sem o aplicar num bem social durável e divertimento multiplicado, onde a politica financeira não se confunda com a pretensão de votos e festarolas de luxo em que a maioria da população assiste com deslumbro apático, deprimindo sem limites frente às dificuldades de um país pobre. Como explicam todas estas lacunas, cujo tema é ofuscado pela grandeza e opulência? Seria interessante auscultar a opinião da população! Se prescindiria de toda esta pompa e circunstancia em troca das estruturas que mencionei, já não lembrando construção social no seu verdadeiro termo. É um alerta que eu gostaria de continuar a divulgar, para que a Câmara nestes três ou quatro aspectos tão importantíssimos para a população que cá vive. Tem de tentar dar este tipo de resposta, porque isto faz lembrar uma brincadeira que a Mafalda dizia, que gostava muito dos pobrezinhos, mas por favor escondam-nos. E os pobrezinhos não podem ser escondidos. Nem os pobrezinhos, nem as crianças, nem as pessoas da Terceira Idade, nem os deficientes. Essas pessoas têm de ter apoio, principalmente de uma entidade como esta que tem dinheiro para isso. Obrigado. -----

Manuel Barão - Rua João Bailote, 4, Albufeira. O assunto que me trás aqui hoje, é sobre os angariadores de clientes para restaurantes. -----



**EXMº SENHOR**  
**Presidente da Assembleia Municipal**  
**Srs Deputados Municipais**

**ASSUNTO: ANGARIADORES DE CLIENTES PARA RESTAURANTES**

Ao vir aqui hoje tratar de assunto que me diz directamente respeito, não tem este meu acto qualquer intenção de menosprezar outros órgãos da Câmara, mas tão somente fazer ouvir a minha voz junto dos representantes democraticamente eleitos e os quais considero a primeira instância da situação que vou passar a expôr:

1 – Desde á vários anos que á porta de diversos Restaurantes existe uma pessoa com a função de esclarecer e acompanhar os clientes ao interior do estabelecimento.

2 – No entanto, em determinados locais da cidade e devido ao aumento destes chamados “angariadores”, a situação tornou-se intolerável, dando uma imagem triste e deturpada do destino turístico que queremos ser.

3 – A agressividade com que são abordados os presumiveis clientes e a quantidade de pessoal utilizado, é reminiscente do tempo em que houve necessidade de determinar e ordenar a forma de actuação dos angariadores de “time-share”.  
Ora no presente esta situação está-se a repetir.

4 – No que me diz respeito pessoalmente, sou proprietário de um estabelecimento no Largo Eng. Duarte Pacheco, o qual se encontra literalmente cercado por angariadores do tipo acima referido, incomodando e afastando quer os clientes que eventualmente se dirijam ao meu estabelecimento quer a outros.

5 – Conforme se podem observar pelas fotografias que ora junto, as ruas que convergem para o meu Restaurante encontram-se completamente “ocupadas” por este tipo de “angariadores”, ao serviço de outros estabelecimentos, cujos proprietários sendo porventura melhores empresários do que eu, apostaram na quantidade e no “salve-se quem puder”.

Quero também acrescentar que todas as diligências por mim efectuadas não tiveram qualquer efeito prático, pelo que me vejo obrigado a, em primeiro lugar, recorrer a este órgão, na esperança de que uma qualquer postura municipal, venha de algum modo disciplinar e pôr alguma ordem na situação.

6 – Considero que após trinta anos de actividade em Albufeira, como pequeno empresário, tenho o mesmo direito que qualquer outro proprietário de Restaurante, de enveredar pelo mesmo caminho e enxamear as ruas com os ditos “angariadores”, mas sinceramente, gostaria que algo fosse feito no sentido de preservar um pouco a qualidade da nossa actividade, assim como a sua dignidade.

Termino não me querendo alongar no assunto ora exposto, mas gostaria de obter uma qualquer resposta dos órgãos competentes, assim como a vossa compreensão acerca deste assunto, colocando-me desde já ao dispôr quer para eventuais esclarecimentos, quer para colaborar em qualquer trabalho ou regulamentação que entendam por bem produzir.

Albufeira, 27 de Julho de 2007

Atenciosamente,

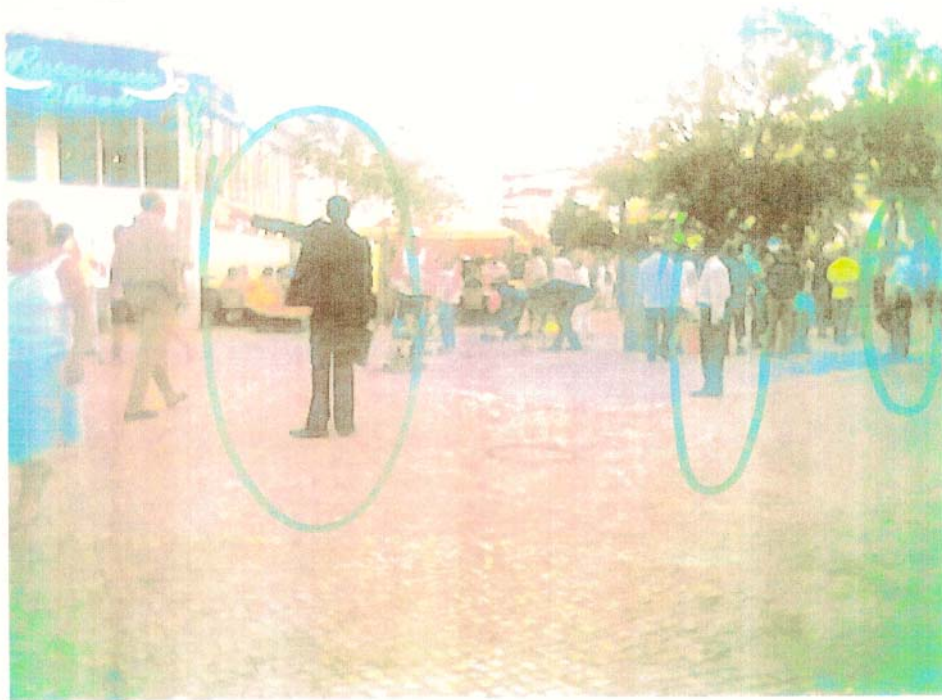


Manuel Reboredo Melo Barão











Presidente da Assembleia - Em relação a este requerimento que o Sr. Manuel entregou, irá ser analisado e provavelmente irá ser posto à consideração desta Assembleia em futura reunião. -----

Não havendo mais intervenções por parte do público o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. -----

Feita a leitura da correspondência o Presidente da Assembleia Municipal passa a palavra aos membros da Assembleia. -----

-----  
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS. -----

Ricardo Clemente - Apresenta (doc.s 3 e 4) -----

### Obras em curso na Av. dos Descobrimentos

Ex. Senhor Presidente, senhores Membros da Assembleia.

As obras da Av. dos Descobrimentos, iniciaram-se há já 3 anos. Com paragens e reenícios sucessivos.

Agora, que estamos no início de uma nova época balnear, retomaram-se as obras. Com trocas de candeeiros que ninguém entede o porquê.

É por estes factos, que não entendemos, e que a população em geral também não, que gostaríamos de ser esclarecidos, através da Mesa da Assembleia, pelo Executivo Municipal, e relativamente:

Para quando a conclusão das obras na Av. dos Descobrimentos?

Qual o custo total da obra?

Quais os concursos públicos envolvidos em todo este processo?

Onde se encontram colocados os respectivos avisos a mencionar o prazo e custo?

Obrigado Sr. Presidente.

*Ricardo Clemente*

**Questões sobre os atrasos na obra Polis na Av. 25 de Abril e no Cais Herculano**

Ex. Senhor Presidente, Membros da Assembleia Municipal

1. Uma vez mais o atraso no desenrolar da obra Polis vem prejudicar aqueles que mais necessitam;
2. Após variadíssimas experiências negativas e dos inúmeros atrasos daí decorrentes, era de esperar uma demonstração de elevada preocupação no estrito cumprimento dos prazos na conclusão da obra;
3. Sabemos que a obra nesta zona não vai estar concluída nos prazos inicialmente anunciados, e porquê?
4. São inúmeras as famílias que dependem daqueles espaços, onde têm o seu pequeno negócio, para viver;
5. Pelo facto de dependermos de uma actividade extremamente sazonal, o que acontece na maioria dos casos, é colhermos durante o Verão para distribuir no Inverno. E agora que nem ao Verão tiveram direito, o que é que acontece a essas famílias?
6. Vão existir indemnizações? Quem se responsabiliza?
7. Muito provavelmente vai existir uma paragem no desenrolar das obras, e para quando o seu retomar?
8. No período de intervalo, entre a paragem e o retomar das obras, o cenário não vai ser o mais agradável, com existência de obstáculos físicos e visuais, característicos de uma obra incompleta;

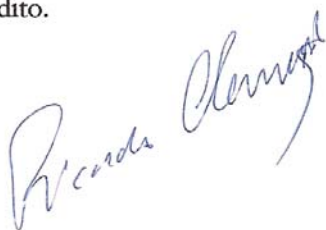


9. A iluminação pública existente será bastante insuficiente, pelo facto da sua conclusão ter sido deixada para outra altura. Serão então e com certeza os moradores e comerciantes a iluminarem os espaços públicos;

10. Tudo isto poderia ter sido evitado se, desde o início, tivesse havido uma verdadeira responsabilidade e noção das consequências nefastas das atitudes tomadas com ligeireza;

11. Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia, urge clarificar todos os pontos e não deixar que o tempo resolva aquilo que os Homens não resolveram.

Tenho dito.



Fernando Neves - Na última sessão, fiz duas perguntas ao Sr. Presidente da Câmara, as quais ele me respondeu. A primeira foi sobre a Central de Camionagem, onde perguntei a quem pertencia o terreno onde está implantada a Central. Agora faço ou pergunta que não fiz logo na altura. Como é que a Câmara adquiriu esse terreno? O outro assunto, foi em relação a uma vedação que foi colocada entre o Hotel Topázio e o Edifício Barracuda, junto à rampa que lá existe. Onde o Senhor me falou, eu não sabia, que vai ser construído um Hotel quatro estrelas. A vedação que lá está feita desde o Hotel e o Edifício está junto à estrada, mas eu penso que deveria ter feito essa vedação junto ao seu terreno e não na parte de cima, porque a parte do ribeiro é do domínio público e não da pessoa que lá vai construir o Hotel. A vedação está ao longo de todo o ribeiro. Outra situação: o troço entre o Modelo e o Hotel Onda Mar. É uma zona que não tem iluminação e que tem certos perigos. Penso que é a EDP que tem de a colocar. Eu, quando coloquei essa questão aqui, há quase um ano, quase ia atropelando uma pessoa, porque me encandeei com as luzes de um carro que vinha de cima. Agradecia resposta concreta para essas duas situações. -----

Presidente da Câmara - Em relação à iluminação, a Câmara adjudicou, já está a vala aberta, a empresa já deveria ter acabado o trabalho, faltam os candeeiros. Ainda ontem o Vereador falou com a empresa responsável. Sobre o terreno, parte-se do pressuposto que o terreno tenha o ribeiro, mas é difícil estar aqui a explicar, tenho de

mandar verificar bem a questão, como deve calcular. Sobre o terreno da Central de Camionagem, foi na base de Protocolo de cedência à Câmara Municipal daqueles vinte mil metros quadrados para a instalação da Central de Camionagem que, em PDM lá estava identificada e que foi feita à semelhança de outros Protocolos que foram feitos nesta Câmara, para o Centro de Saúde na Guia por exemplo e outros equipamentos. Em termos da globalidade do terreno, ele fica já em cedência à Câmara em caso de intervenção urbanística. Na última sessão até lhe falei que, se quisesse, dava-lhe uma cópia desse Protocolo. Foi feito há cerca de três, quatro anos. Foi uma das condições para que a Direcção Geral dos Transportes pudesse financiar também a obra da construção da Central de Camionagem. -----

Fernando Neves - Já estou cá há cerca de seis anos e sempre tenho dito que o terreno era particular e a existência deste Protocolo eu não sabia até à última sessão. Agradecia que me fizesse chegar às mãos uma cópia desse Protocolo. -----

Francisco Oliveira - É para colocar uma questão ao Sr. Presidente da Câmara. É saber em que situação se encontra o bar das Piscinas Municipais, se vai abrir ou não? -----

Presidente da Câmara - Está no processo de concurso. Já esteve em processo, mas a pessoa desistiu e teve de se abrir novo concurso. -----

Francisco Oliveira - Não faz ideia de quando? -----

Presidente da Câmara - São os procedimentos normais. Não lhe posso dar a data. A partir do momento que houve a desistência, foi aberto novo concurso. Vamos tentar que seja até Setembro. -----

Ricardo Clemente - Gostava de saber se as questões que coloquei vão ter ou não resposta? -----

Presidente da Câmara - Eu percebi que tinham sido alertas e recomendações e, nesse contexto, penso que não têm resposta.

Ricardo Clemente - Foram questões concretas. -----

Presidente da Câmara - Foi dito alertas e recomendações e, portanto, vou ter em conta essas questões. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia encerra o Período Antes da Ordem Do Dia e passa ao Período da Ordem Do Dia. -----

## ORDEM DO DIA

O membro Ricardo Clemente pede a palavra ao Presidente da Assembleia, a qual lhe é concedida. -----

Ricardo Clemente - Como sinal da recusa de resposta por parte do Sr. Presidente da Câmara às questões colocadas, retiro-me da sala. -----

## PONTO PRIMEIRO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----



## PONTO SEGUNDO

Suspensão de mandato por um período de 120 dias do membro desta Assembleia Municipal, Cristiano José da Ponte Cabrita; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, João Silva, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, Fernando Gregório e José Cabrita. -----

Ausências: duas (02) Ricardo Silva e Francisco Guerreiro -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

## PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de prorrogação do período de utilização do empréstimo até ao montante de € 900.000,00 do Banco BPI, S.A., nos termos da alínea d) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Francisco Oliveira - O documento que nos chega na ordem do dia faz referencia, realmente, ao valor de € 900.000,00, mas não nos dá mais informação sobre: primeiro, ao que se destina esse montante; segundo, qual a obra que estaria em curso e eventualmente por qualquer razão foi suspensa ou não foi. Não temos, pelo menos eu não tenho, elementos suficientes para perceber a que é que se destina este ponto da ordem de trabalhos. Não temos documentação de suporte para nos podemos vir a prenuciar. -----

Presidente da Câmara - Inicialmente foi feito o pedido de empréstimo de uma verba de € 900.000,00. em que 600.000,00 era para uma determinada obra e 300.000,00 para outra obra. Estes 300.000,00 são concretamente para a obra de saneamento de Almejoafras, em Paderne. E este empréstimo acaba a treze de Julho de 2007. Acontece que, não estando a obra concluída, ainda falta pagar € 120.000,00 para o termino dessa obra e portanto, como o prazo termina agora a treze de Julho, é importante salvaguardar, porque nesta obra foi pago € 178.815,50, faltando cerca de 122.000,00. É para que, no termino desta obra estejam lá disponíveis € 120.000,00 que faz parte do empréstimo inicial. -----

Francisco Oliveira - Referiu a existência de duas obras. A de 600.000,00 está toda liquidada? E qual foi? -----

Presidente da Câmara - Está toda liquidada e foi a estrada Fontainhas/Montechoro. A Estrada não está acabada, mas a parte destinada aos 600.000,00 já foi, a obra é de dois milhões e tal mil euros. -----

Francisco Oliveira - Relativamente ao empréstimo de € 900.000,00, os 600.000,00 já estão liquidados ... -----

Presidente da Câmara - e já foi liquidado 178.815,00 sobre estes 300.000,00 e agora fica 122.000,00, mas como o pagamento é sempre posterior a treze de Julho. A condição é a mesma do empréstimo inicial. -----

Francisco Oliveira - No que diz respeito à obra das Fontainhas, os valores a pagar já estão de fora deste empréstimo, apesar da obra não estar concluída são suportados por outros montantes. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, João Silva, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, Fernando Gregório e José Cabrita. -----

Ausências: duas (02) Ricardo Silva e Francisco Guerreiro -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

#### PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de material eléctrico para manutenção e conservação dos edifícios municipais até 299.709,95 euros acrescido de IVA, nos termos do n.º 6 do Art.22º do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, João Silva, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, Fernando Gregório e José Cabrita. -----

Ausências: duas (02) Ricardo Silva e Francisco Guerreiro -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----



### PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do aditamento ao Regulamento de Publicidade do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Pedro Ferro - Srs. Membros da Assembleia, é somente para deixar uma sugestão ao executivo municipal no sentido de que a sinalética que vai ser colocada a nível dos Hotéis, seja colocada à frente ou atrás do nome que diz Hotel o símbolo internacional de Hotelaria, o "H", na medida em que é mais fácil a estrangeiros que venham em visita, detectar os que são sinais de hotelaria e os que não são. Devem conhecer a cidade de Sevilha que já usa muito este símbolo, que é de fácil identificação. -----  
Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves, -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, João Silva, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, Fernando Gregório e José Cabrita. -----

Ausências: três (03) Francelina Lourenço, Ricardo Silva e Francisco Guerreiro. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

### PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da rectificação do Quadro de Pessoal, nos termos das alíneas n) e o) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves, -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, João Silva, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, Fernando Gregório e José Cabrita. -----

Ausências: três (03) Francelina Lourenço, Ricardo Silva e Francisco Guerreiro. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

## PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Ponto de situação do Protocolo para "Disponibilização dos terrenos necessários à implementação do Plano de Urbanização da Frente Mar da Cidade de Albufeira", nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Francisco Oliveira - Eu penso que este ponto engloba aquela questão falada aqui há algum tempo sobre a avaliação que foi feita do terreno do Inatel. A questão que eu colocava previamente à aprovação, era um pedido de informação sobre a situação em concreto, neste momento, relativa à avaliação. Se efectivamente foi impugnada ou não?

Presidente da Assembleia - Temos aqui correspondência da Câmara, relativamente à questão. Processo litigioso da parcela n.º7. O Sr. Presidente da Câmara vai responder a esta questão. -----

Presidente da Câmara - Na altura, quando falamos aqui, tinha havido aquele valor da peritagem. Depois a Câmara teve de entrar de imediato com a verba, como são as regras e, em função disso, foi preparada a contestação. Chegou esta tarde a cópia para entregar ao Sr. Presidente da Assembleia, da contestação entregue no Tribunal de Albufeira, 2.º Juízo. -----

Presidente da Assembleia - Posso lê-la agora, mas também estou a tomar conhecimento dela agora. De qualquer das formas fica à vossa disposição para consulta.

Francisco Oliveira - Gostaria de saber o ponto da situação. -----

Presidente da Assembleia - Tanto quanto vejo aqui a contestação entrou em vinte de Junho no Tribunal e é o Recurso do Acórdão Arbitral. -----

Presidente da Câmara - É para manter o valor que a Câmara pagou. Aquela avaliação que os peritos fizeram inicialmente. É nesse contexto. -----

Presidente da Assembleia - "*Deve o acórdão arbitral ser revogado e substituído por decisão que se fixe o valor da justa indemnização devida ao expropriado em montante nunca superior a setecentos e quarenta e cinco mil, setecentos e vinte e quatro euros e sete cêntimos.*" O documento fica à disposição dos Membros que o queiram ler. -----

Francisco Oliveira - Há outra questão que me faz alguma confusão, é o facto desta deliberação vir à Assembleia Municipal, porque me parece, e salvo outra opinião, esta matéria não é do âmbito desta Assembleia Municipal. Não se tomou aqui nenhuma decisão relativamente à questão anterior sobre a alteração dos valores e por isso, sabendo eu que, realmente, houve uma deliberação no executivo da Câmara, não consigo vislumbrar, eventualmente estarei errado, a razão pelo qual vem introduzido em matéria de Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia - É introduzido por impulso da própria Câmara, que nos remete para nós. No fundo é uma questão de autorização. Em termos das nossas competências, temos aqui uma disposição que diz: "*Autorizar a câmara municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, fixando as respectivas condições gerais, podendo determinar, nomeadamente, a via da hasta pública, fixando as respectivas condições gerais, podendo determinar, nomeadamente, a via da hasta pública, bem como bens ou valores artísticos do município,*



*independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no n.º 9 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro".* -----

Francisco Oliveira - Tinha-se falado da hipótese deste ponto eventualmente vir à Assembleia para discussão, numa reunião para o efeito. Não me parece que isto se trate de uma aquisição, mas sim de um "plafon" para uma disponibilidade geral, por isso mesmo, colocar essa questão só em termos formais. Qualquer das maneiras podemos deliberar. -----

Presidente da Assembleia - Isto tem a ver com a disponibilização de dinheiro para adquirir um determinado terreno. A Câmara nesse aspecto carece da nossa autorização. -----

Francisco Oliveira - Assim, essa questão tinha de ter sido trazida à Assembleia. -----

Fernando Neves - Na última Assembleia, por intermédio do Sr. Vice-Presidente, foi distribuído esse documento a todos os membros da Assembleia, sobre essa situação. Em termos de valores, 745.704,07€ e 1.420.093,98€. O Sr. Vice-Presidente dizia nesse documento que: face à natureza de que se pretende instalar um parque de estacionamento, a Câmara estava em total discordância com esta avaliação feita. -----

Presidente da Assembleia - Exactamente. Mas também foi dito que, para a Câmara poder contestar tinha previamente que pagar. E no fundo, deve ser essa autorização que deve estar aqui em causa. No meu entender. -----

Presidente da Câmara - Este processo veio aqui à Assembleia como informação no sentido de que estava-se a falar dos valores que a Câmara tinha gasto e, isto veio para dar informação completa sobre aquilo que era inicialmente, há quatro/cinco anos. Inicialmente o valor era de 3.725.000,03€, desde 20/11/2000, no âmbito das avaliações feitas aquando do Plano Estratégico, das zonas a expropriar. Só que, essa verba, passados estes cinco anos, face alguns acertos, está com um total neste momento de 4.404.000,00. Se o Tribunal der razão à Sociedade, já baixa estes valores. Todos os anos a Câmara Municipal, tem deixado as verbas correspondentes às intervenções do Plano de Actividades e Orçamento em função com as verbas das expropriações, nomeadamente o Parque de estacionamento do Cabrita, e todas as outras parcelas. Essas negociações, todas elas, foram feitas com a Sociedade Polis. A única que a Câmara comprou foi a do antigo ribeiro. E como havia no contrato o compromisso de a Câmara assumir esses terrenos todos com base neste valor estimado de três milhões, setecentos e tal. Como capital social a Câmara transferia em função do compromisso do contrato dessa altura. Este documento veio em sequência daquela informação, levamos à Câmara e conduziu-se para a Assembleia. -----

Presidente da Assembleia - A Câmara manda para cá para que a Assembleia manifeste concordância com a nova realidade. No fundo há aqui uma alteração de uma realidade anterior. Também tenho alguma dúvida sobre isto. -----

Francisco Oliveira - Penso que já houve uma alteração orçamental no âmbito da Câmara Municipal para esse valor ser debitado. -----

Presidente da Câmara - Isso foi no âmbito das Grandes Opções do Plano e do Orçamento. Esse valor está pago. Inicialmente, havia uma estimativa que a Câmara tinha de assumir de três milhões setecentos e tal. Passados estes anos, houve parcelas que custaram mais do que o previsto, outras custaram menos, em função das

avaliações. E agora esta parcela vem dar um "salto". Se não fosse esta parcela, os valores ficavam mais ou menos no mesmo, tinha uma diferença de 250.000,00 euros em relação ao estimado, isso não era significativo. O que nós fizemos foi, aceitar aquilo como uma necessidade e remeter para a Assembleia Municipal pelo menos para ter conhecimento dos valores que a Câmara ao longo destes anos assumiu. A Câmara pagou todas aquelas expropriações dos terrenos onde se implementaram todas as acções da Sociedade. Não houve nenhuma que ficou por implementar por falha ou por incumprimento da Câmara Municipal. Onde foi necessário chegar à frente, a Câmara chegou sempre. Mesmo o capital social, durante muitos anos em que o Governo não se chegava, a Câmara chegou sempre. -----

Fernando Neves - A Câmara, actualmente, não está de acordo com a avaliação que foi feita sobre esta parcela? Por isso é que entregou esse processo em Tribunal? E dá esta diferença em valores. Pode ser que, mais tarde, o Tribunal dê razão à Câmara e ela seja reembolsada. -----

Presidente da Câmara - É isso mesmo. Não há outra hipótese. Nada ficou parado por descuido ou por desleixo da Câmara. -----

Fernando Neves - Há uma coisa que eu não entendo. Porque é que nós temos de deliberar, se é uma posição que não tinha de vir à Assembleia? A própria Câmara tem poderes para deliberar sobre essa situação, não é preciso concordância da Assembleia. Na minha opinião. -----

Francisco Oliveira - Eu, no âmbito desta discussão, faria aqui uma proposta que era, eventualmente tirar-se este ponto da ordem de trabalhos e incluir-se numa nova reunião um ponto genérico para a avaliação até da evolução das expropriações por parte da Câmara Municipal até no sentido, quem sabe, de reforçar a posição da Câmara Municipal face a situações menos correctas, ou eventualmente como esta última, e que têm vindo a acontecer. Até para se fazer uma análise um pouco mais precisa da forma como as expropriações têm vindo a ser feitas. Sem qualquer dúvida sobre a Câmara. ---

Presidente da Assembleia - Havendo aqui alguma dúvida sobre esta manifestação de concordância, se bem que tem cabimento em termos das nossas competências, que é acerca da autorização da aquisição. Mas também não vejo que possa haver aqui algum dano, uma vez que o processo está desencadeado. Eu irei ver melhor a questão da nossa competência sobre este ponto, porque realmente estou com dúvidas. Também não é excedente vermos depois a questão das expropriações. As expropriações são feitas pela Polis e a Câmara perante protocolo paga-as. A aquisição é feita através da Sociedade Polis e depois reverte para o Município. Também não vejo urgência. A Câmara enviou para Assembleia, mais a título informativo. Se ninguém se opuser, este ponto é retirado da ordem do dia. -----

**VOTAÇÃO: proposta - retirar o ponto da ordem do dia** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, João Silva, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco



Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: duas (02) Francelina Lourenço e Ricardo Silva. -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

### PONTO OITÁVO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da rectificação da proposta de isenção do pagamento das taxas de ocupação da via pública, publicidade, resíduos sólidos e águas residuais, aos comerciantes da Avenida 25 de Abril e Cais Herculano, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

**O Membro Vítor Vieira ausenta-se da sala.** -----

Fernando Cabrita - Esta proposta, trata-se apenas de uma questão de dimensão correcta, não é? -----

Presidente da Câmara - É a correcção das áreas, da definição da rua. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, João Silva, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: três (03) Vítor Vieira, Francelina Lourenço e Ricardo Silva. -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

### PONTO NONO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Declaração de Interesse Municipal do Parque Zoomarine, termos da alínea o) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Pedro Ferro - Uma sugestão. Aqui na proposta aparece como interesse municipal, a legislação diz interesse público municipal. Chamo a atenção a que esta proposta vem antecipando-se a uma questão que já tinha sido em tempos tratada, que é o PROTAL. Nós, quando discutimos o PROTAL, foi introduzido através do executivo municipal, o desenvolvimento do Zoomarine como desenvolvimento estratégico no desenvolvimento do concelho. Penso que é uma antecipação e vem na sequência daquilo que já está previsto. -----

Francisco Oliveira - Não querendo contestar esta declaração de interesse público municipal, a única questão que queria aqui levantar e precisa de ser levantada nos

vários pontos das Assembleias relativamente a interesse público, é que seria bom e chamar mais uma vez a atenção, se pensassem em definir critérios para este tipo de situações. Desde a fábrica dos bolos até ao Zoomarine, já tivemos de tudo. E portanto, começa a haver, penso eu, necessidade de definir alguns critérios para que mais tarde esta situação possa ser enquadrada. Mais uma vez, reafirmo, que nada tem a haver com a situação em concreta do Zoomarine, não tenho dúvida nenhuma de ser do interesse público municipal, mas estou alertando para a necessidade de regulamentar estas situações para que não caiam em monotonia. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, João Silva, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: duas (02) Francelina Lourenço e Ricardo Silva. -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

### PONTO DÉCIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento que disciplina as diversas actividades previstas no D.L.n.º264/2002 e no D.L.n.º310/2002, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Francisco Oliveira - É só um esclarecimento porque eu desconheço o Decreto-Lei. Mas na intervenção do público, o Sr. Manuel Barão falou há pouco na necessidade de regulamentação da actividade das pessoas que estão à porta dos restaurantes. Eu, de facto não sei, vi aqui elencado no regulamento o guarda-nocturno, os vendedores de espectáculos. Caso a regulamentação não permitisse, não sei se não seria uma recomendação para que fosse incluída aqui neste regulamento. -----

Euridice Vieira - Vi a regulamentação e essa actividade, angariadores de clientes para restaurantes, não está prevista no Decreto-Lei e nem deve ter reconhecimento legal. Mas em relação aos guardas-nocturnos, há uma alínea que vem no D.L.n.º310/2002 que foi omitida e penso que é importante que é, "*tratar com respeito e prestar auxílio todas as pessoas que se lhes dirigam ou careçam de auxílio*". Acho que é importante um guarda-nocturno fazer isso e deve estar dentro das funções de um guarda-nocturno. Acrescentar uma alínea j) ao art.11º do regulamento "*Prestar auxílio a todas as pessoas que se lhes dirigam ou careçam de auxílio*". Em relação ao art.37º na alínea b), em relação às máquinas de diversão, a palavra apreensão está mal escrita, está "*a apreensão*" e deve estar "*apreensão*". Ainda em relação às máquinas, no art. 47º apenas fala da substituição do tema de jogo, enquanto que o Decreto-Lei fala nos temas de



jogo em geral e da sua classificação, tem de ser pedida uma autorização sobre o tema de jogo. Eu gostava de que alguém me esclarecesse porque é que no regulamento não conta isso, porque é importante. Será que as máquinas que já estão instaladas, estão com a devida autorização? Art.22º do D.L. n.º310/2002. -----

Presidente da Assembleia - Aqui no regulamento, não estando esse pormenor todo, que é o parecer da Inspeção-Geral de Jogos, remete-se para lá. -----

Euridice Vieira - Mas é só o caso da substituição. E é isso que gostaria de perceber, porque só a substituição e não em relação aos temas. -----

Presidente da Assembleia - Os temas já devem vir classificados. -----

Euridice Vieira - Em relação ao licenciamento do exercício da actividade da agência de venda de bilhetes para espectáculos públicos. No D.L. há limitações, e uma das limitações são as margens que podem cobrar mais nos bilhetes, e isto não vem no regulamento. É liberalização total? No D.L. diz que nos postos de venda é proibido cobrar quantia superior a 10% ao preço de venda ao público e cobrar importâncias superiores a 20% ao preço de venda ao público nos bilhetes entregues ao domicílio. Penso que é importante, de alguma maneira estabelece limites. Não percebo porque é que a Câmara Municipal não colocou isso. Ao não colocar estas limitações, quer dizer que está completamente liberalizado, pode cobrar 100% sob o bilhete. Este D.L. veio passar para as Câmaras Municipais todas estas competências que há nos Governos Cívicos e, não sei até que ponto se aplica as hierarquias das Leis. Em caso de omissão no regulamento se é o D.L. que vigora. -----

Presidente da Assembleia - A hierarquia é clara, quem prevalece é a Lei. Se houver alguma norma do regulamento contra a Lei, é nula. -----

Euridice Vieira - No D.L. também vem, protecção de pessoas e bens, que tem a ver com as protecções dos poços, fogos e outras irregularidades do solo. Porque é que a Câmara Municipal não incluiu no regulamento? Há uma série de situações que têm acontecido por este país, nomeadamente com crianças. Penso que é importante. -----

Presidente da Assembleia - Penso que o que está aqui neste regulamento é só sobre actividades. -----

Euridice Vieira - Mas há outras questões que a legislação contempla e não estão no regulamento. -----

Presidente da Assembleia - Mas isso será outro regulamento. Estamos a falar apenas de actividades. -----

Presidente da Câmara - O que está aqui é a regulamentação destas actividades. Os poços não têm de estar aqui neste regulamento, não são uma actividade. -----

Euridice Vieira - Não são uma actividade, mas é contemplada essa situação no D.L.. ----

Presidente da Câmara - O que eu entendo é que cada uma destas actividades discriminadas no regulamento, pode ter eventualmente uma ou outra correcção a fazer, mas estar a misturar situações, acho que não está correcto. O regulamento é apenas sobre actividades. Analisar as actividades referenciadas e ver se há alguma coisa para acrescentar. -----

Euridice Vieira - Eu só estou a colocar essa questão porque o D.L. n.º 310 e o 264, eles prevêem o que estou aqui a dizer. -----

Presidente da Câmara - Estas são as actividades que a Câmara se confronta mais directamente e que tinham mais urgência em termos de regulamentação e clarificação. Em qualquer momento pode ser feita uma adenda a este regulamento no sentido de enquadrar alguns pontos ou algumas actividades que não estejam aqui e que não são as prioritárias neste momento. O que o jurista preparou foi este documento, com base nessas prioridades e que o Decreto faz referência. -----

Euridice Vieira - Sr. Presidente, se me permite. Em minha opinião, acho que é importante acrescentar o quanto antes, porque tem a haver com a protecção das pessoas, nomeadamente das crianças. -----

Presidente da Assembleia - Mas isso será em futuro regulamento. Propõe-se acrescentar ao Art.11º uma alínea "j) *Prestar auxílio a todas as pessoas que se lhe dirijam ou careçam de auxílio.*" e no Art.37º corrigir "*a apreensão*" para "*apreensão*". Passamos à votação, primeiro do regulamento e depois estas alterações propostas, ou em simultâneo com as propostas. -----

Pedro Ferro - Eu propunha que as propostas fossem votadas em simultâneo com o regulamento proposto pela Câmara Municipal. -----

**VOTAÇÃO: proposta - votação em simultâneo** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, João Silva, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Hélder Sousa, Fernando Gregório e José Cabrita. -----

Ausências: três (03) Francelina Lourenço, Ricardo Silva e Francisco Guerreiro -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

**VOTAÇÃO: regulamento com as alterações introduzidas** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, João Silva, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Hélder Sousa, Fernando Gregório e José Cabrita. -----

Ausências: três (03) Francelina Lourenço, Ricardo Silva e Francisco Guerreiro -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

### PONTO DÉCIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Plano de Pormenor da Balaia, nos termos do Art.79º do D. L. n.º380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo D. L. n.º310/2003, de 10 de Dezembro. -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, João Silva, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, Fernando Gregório e José Cabrita. -----

Ausências: três (03) Francelina Lourenço, Ricardo Silva e Francisco Guerreiro -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

## PONTO DÉCIMO SEGUNDO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento de equipamento de iluminação de Natal em regime de aluguer, nos termos da alínea q) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Fernando Cabrita - Estive a ler o regulamento do concurso e no art.4º estabelece quais os critérios de adjudicação. Diz aqui que: *"a adjudicação é feita sobre o critério da proposta comodamente mais vantajosa, tendo em conta os seguintes factores, por ordem decrescente de importância: a) características estéticas - 60%; b) características técnicas - 25%; c) preço mais baixo - 15%."* Não tenho nada a apontar à questão da Iluminação de Natal, acho que é importante, está consagrada e tem vindo ser dada cada vez mais atenção e as populações gostam de ver neste período, para não ser só as luzes dos neons dos centros comerciais. Para que as pessoas possam passear nas ruas com gosto e poderem apreciar o aspecto técnico, que é importante. Mas, acho que existe aqui alguma contradição, porque começam logo por dizer que é o critério da proposta economicamente mais vantajosa, mas a seguir, estranhamente, refere, por ordem de importância, o preço mais baixo afinal não é um factor assim tão importante, atribui-se 15%. Por outro lado, quando se controla e faz-se o acompanhamento do aluguer até à fase de desmontagem, dá-se aqui alguma relevância ao acompanhamento técnico, mas controle do acompanhamento propriamente estético não vejo, poderia haver correcções a fazer. Qual é a razão de ser desta predominância, quanto a mim um pouco excessiva, no aspecto estético, quando ele depois não tem critérios na prática que o permita definir ou corrigir, se for o caso disso? E também, relativamente à constituição do júri, com muito respeito com as pessoas que aqui estão, engenheiros e técnicos, que merecem a maior consideração, reparo que não existe nenhum arquitecto e acho que deveria haver também. Na redacção deste programa de concurso, acho que deveria haver uma certa moderação na redacção dos critérios, porque dá-se um valor um pouco irrisório aquilo que é o preço, mas afinal de contas no corpo da disposição legal fala-se na proposta economicamente mais vantajosa. -----

Francisco Calhau - A minha ideia é que, aparentemente pode parecer que há essa contradição, mas não há. Não há porque, o conceito economicamente mais vantajoso também entra em consideração com o preço, não entra única e exclusivamente o preço. Entre outros factores, tem a ver com os consumos, ou a forma como se faz a gestão da substituição das avarias que se vão detectando ao longo do tempo e portanto, o preço é um dos componentes diante do factor económico, em meu entender, não será o único, e assim sendo, não entra em contradição. -----

Euridice Vieira - Segundo aquilo que o Engenheiro Calhau faz querer, a questão económica vai para além da questão financeira. Mas aqui não está contemplada, aqui só está a questão estética 60%, a técnica 25 % e o preço mais baixo 15%. Se calhar, a questão, economicamente mais vantajoso, tem a ver com a estética? Então é isso que é mais ponderado aqui. -----

Paulo Freitas - Gostava de lançar aqui na Assembleia, que este concurso não se prende tão só com o art. 4.º, teremos que ler também o caderno de encargos, que é a segunda parte de todo este concurso público. Ao tomarmos atenção ao ponto nove, "*Critérios de escolha e adjudicação*" que diz: "*O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, sendo factores intervenientes, os seguintes: a) características estéticas-60%: A avaliação das características estéticas será feita, tendo em conta, o tipo dos motivos propostos, em função das suas dimensões, impacte visual, tipo de Iluminação e design, o conjunto como um todo e seu enquadramento*", e isto tem de ser conjugado também com as áreas de intervenção. "*b) Características técnicas-25%: A avaliação das características técnicas será feita, tendo em conta a satisfação das exigências técnicas do Caderno de Encargos e do seu consumo de energia eléctrica da instalação; c) preço mais baixo-15%: A atribuição da ponderação ao critério preço mais baixo, será feita na proporção inversa da ponderação máxima, atribuída ao preço mais baixo.*". A função da Iluminação é embelezar e a questão que foi aqui levantada, não é só uma questão de preço, numa visão redutora do economicamente mais vantajosa, mas uma visão global num conjunto destes três factores, que, obviamente, cuja ponderação terá em conta esta graduação e, que no nosso entender, parece-nos que tem sido feito com algum rigor. Nos anos anteriores o Caderno de Encargos tem sido praticamente igual ao que temos aqui presente, e que a satisfação, quer com o preço, quer com as características estéticas, design e beleza da Iluminação, tem sido de agrado geral. -----

Fernando Cabrita - Para terminar. Fala-se em alhos, responde-se em bugalhos. Porque é que não se põe aqui então, proposta economicamente mais vantajosa e tecnicamente mais qualificada?, por exemplo. Seria mais consensual. E também, tecnicamente mais louvável. Não estou a dizer que as pessoas não estejam satisfeitas com os resultados, nem estou a falar do Caderno de Encargos. Estou a falar, efectivamente, da redacção do Programa e, acho que a redacção é infeliz, é só por isso. E estranho também este desequilíbrio entre o excesso de características estéticas, que é uma coisa subjectiva, enquanto que as técnicas e o preço, são muito mais objectivos, e tudo cabe aqui. Acho que há pouco rigor na definição disto. Se na prática funciona bem, então, se tem funcionado bem, se louve. -----

Francisco Oliveira - Uma das razões que eu gostaria de colocar é a razão pela qual se alteraram os critérios do ano passado para este ano, se deu muito mais peso à questão estética. E a segunda questão é, mesmo pondo em consideração o conceito economicamente mais viável, naturalmente não tem só a ver com a questão financeira, mesmo que nós somássemos os 25% das questões técnicas com o preço mais baixo que são 15%, daria 40%. Quer isto dizer que, a questão estética terá sempre um peso muito superior independentemente de ser mais viável ou não. -----

Presidente da Assembleia - Qual foi a alteração que houve em relação ao ano passado, que não me recordo? -----

Francisco Oliveira - Eu não sei exactamente, mas sei que a questão estética era bastante menor face às outras. Não posso precisar as percentagens. -----

Adriano Ferrão - Eu só queria defender o reino da estética contra a técnica. Afinal, o que é que as pessoas vêm ver e o que é que elas dizem? "Mas que bonitas luzes de Natal que Albufeira tem; ou que Ferreiras tem; ou que a Guia tem" Se isso não é o que vale mais, então vale mais os aspectos técnicos?! Penso que, o valor da estética está perfeitamente destacado. -----

Pedro Ferro - Se a estética tem assim tanta importância como estão a dizer e se achavam que isso iria permitir a criatividade estética, porquê que depois criam um regulamento em que se define rigidamente os barões, as travessias, os esquemas de montagem. Deixava-se à liberdade criativa, o papel de desenvolver a montagem. -----

Presidente da Assembleia - Onde é que está, rigidamente, estabelecido? -----

Pedro Ferro - Caderno de Encargos, Parte II, Cláusulas Técnicas, Características Técnicas, Estrutura da Instalação, 2.1.1. -----

Presidente da Assembleia - É normal que seja assim, as regras têm de ser definidas. Não há uma rigidez excessiva. Parece-me. -----

Francisco Calhau - Vou fugir à questão técnica. A escolha da proposta que economicamente é considerada a mais viável, entra com conceitos tão importantes como o peso da estética. E pesa da seguinte maneira: a melhor proposta estética é a que é economicamente mais interessante dado que por ser mais atractiva, cativa mais gente. Nós estamos num concelho turístico, ou não estamos? Eu comecei por dizer que é um conceito que também entra com as questões do preço, mas não só! Fizeram-me a pergunta, porque é que a estética influenciava e estava com 60%, eu não quis responder! Mas, se vamos para esses pontos e vamos pôr coisas em causa, vamos ter que reconhecer que a estética é tão importante que, uma escolha de Iluminação de Natal adequada e atractiva, trás vantagens económicas, sem dúvida alguma, para a cidade. Isto não tem nada a ver com a questão técnica. -----

Euridice Vieira - Em relação à questão técnica e estética. Estas especificidades técnicas, por exemplo, inviabilizavam as iluminações como são feitas na Av. da Liberdade, em Albufeira. São feitas nas árvores. -----

Francisco Oliveira - A questão colocada pelo Eng. Calhau até é pertinente, porque se de facto, se efectivamente são mais bonitas, trás mais pessoas. Então ponha-se o critério, 100% estético, e não se coloca contradição do economicamente mais viável. Parece-me haver aqui, é uma redacção infeliz do artigo e da forma como está colocada.



Se, se por outro lado se refere que a estética é tão importante, então deixe-se a liberdade e criatividade e não se imponha algumas técnicas como estas que estão aqui, com alguma rigidez, que não permite efectivamente essa realidade estética. Já percebemos que isto é "pescadinha de rabo na boca". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: seis (06) Euridice Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francisco Oliveira, Pedro Ferro e Fernando Neves. -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, João Silva, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa e Fernando Gregório. -----

Ausências: quatro (04) Francelina Lourenço, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro e José Cabrita. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

### PONTO DÉCIMO TERCEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento da Utilização e funcionamento do Parque de Estacionamento P5, sito na Avenida 25 de Abril, Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Paulo Freitas - A bancada do Partido Social-democrata gostaria de propor algumas alterações a este regulamento, tendo em conta a sua finalidade. Concordamos com este regulamento, na sua generalidade, salvo alguns preciosismos em alguns artigos. Este regulamento surge na perspectiva de beneficiar as pessoas que vivem no centro histórico de Albufeira e que por vicissitude das obras do Polis naquela área, retirou algum espaço de estacionamento. Como tal, não sendo uma compensação, mas tendo a finalidade de compensar as pessoas que lá vivem há algum tempo. Temos que, não devem ser abrangidas todas e quaisquer pessoas que residam do centro histórico, mas sim, tendo em conta, o início das obras do Polis, as que já lá viviam e a quem a execução deste Programa Polis veio retirar, naquela área, algum estacionamento a pessoas que não têm hipótese de fugir do centro para habitar noutras áreas. (Apresenta proposta de recomendação (doc. 5). -----

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA**  
**Assembleia Municipal de Albufeira**



**Proposta de Alterações ao  
Regulamento da Utilização e Funcionamento  
do Parque de Estacionamento P5 sito na  
Avenida 25 de Abril**

**Artigo 13º.**

**nº 1** - Têm direito à emissão de um cartão de residente, as pessoas singulares que residam de forma permanente e mantenham estabilizado há, pelo menos, três anos completos à data do respectivo pedido, o seu centro de vida familiar em habitações situadas no Centro Antigo da Cidade de Albufeira e que, comprovadamente, não disponham de estacionamento no respectivo imóvel ou noutro local nas imediações daquela zona.

**nº 2** - Caso se verifique que os lugares de estacionamento existentes nos pisos subterrâneo e zero não se encontram totalmente preenchidos em virtude da emissão de cartões de residente nos termos do número anterior, poderá, ainda, ser atribuído cartão de residente, a pessoas singulares que residam de forma permanente e estabilizada no Centro Antigo da Cidade de Albufeira há, pelo menos, um ano completo à data do pedido, verificadas que sejam as demais exigências constantes do presente.

**nº 3** - Apenas será emitido um cartão por fogo, pelo que, no caso do interessado pretender que o seu cônjuge, pessoa que



com ele viva em situação análoga, ou outro elemento do agregado familiar, figure, igualmente, como titular do cartão deve expressamente mencioná-lo no respectivo pedido de emissão.

**Artigo 15º.**

**3 - No caso do requerente pretender que o seu cônjuge, pessoa que com ele viva em situação análoga ou outro elemento do agregado familiar, figure, igualmente, como titular do cartão deve expressamente mencioná-lo no respectivo pedido de emissão, devendo juntar certidão de casamento, prova da união de facto ou prova da sua inclusão no agregado familiar, bem como os documentos referenciados em a), b), c) f) e g) supra respeitantes àquele.**

(antigo nº 3) **4 -** Todos os documentos referidos no ponto 2) antecedente serão entregues mediante a exibição dos respectivos originais, ou fotocópias devidamente certificadas nos termos legais, ao funcionário municipal que receber o requerimento, deverão estar actualizados e deles constar a morada da residência com base na qual é requerido o cartão de residente.

**5 - Para além da documentação enunciada no número 2) anterior, pode o Presidente da Câmara Municipal, em qualquer momento, exigir, complementarmente, a apresentação de documentos comprovativos das declarações e informações prestadas pelo interessado no requerimento inicial, fixando para a sua apresentação um prazo não superior a 10 dias.**

**6 - Caso o interessado não apresente a documentação solicitada nos termos do número anterior no prazo concedido,**



será recusada a emissão do cartão de residente ou, se já tiver sido emitido, será o mesmo desactivado.

(antigo nº 4) 7 - Pela emissão do cartão de residente é devido o pagamento de uma taxa, nos termos do Anexo V ao presente.

(antigo nº 5) 8 - Pode a Câmara Municipal recusar a emissão do cartão de residente, caso constate que o número de cartões de residente já emitidos, perfaz a lotação do piso subterrâneo e do piso 0 do P5.

Acrescentar ao Anexo III -

(Se for o caso) Pretende o requerente que o [identificação da pessoa], [identificação da sua qualidade - cônjuge/companheiro(a)/agregado familiar] figure, igualmente, como titular do cartão de residente, para o que junta também a documentação mencionada no artº. 15º. nº 3 do Regulamento da Utilização e Funcionamento do Parque de Estacionamento P5.

Albufeira, 27 de Junho de 2007

*Pelo Partido Social Democrata,*

Paulo Truiz  


Pensamos que com isto, possamos ter um regulamento mais específico e mais delimitador das pessoas e das situações em que a própria fiscalização da Câmara Municipal pode ter um carácter dissuasor relativamente a situações de fraude ao principio que está baseado neste projecto de regulamento. -----

Pedro Ferro - Das propostas que o Senhor Deputado apresentou, há uma logo no início que nos parece um pouco curiosa. Ao estar a exigir que as pessoas já lá estivessem a habitar durante os três últimos anos, indica que quem vier a habitar agora tem menos condições e portanto, pode-se provocar uma tendência para a desertificação desse centro. Acho que é arriscado! No que diz respeito à mobilidade não temos qualquer problema. É inconveniente no que diz respeito à questão da prova de facto de pessoas que vivem em união de facto, não sei como é que essa prova se faz? Gostaria que o Deputado me explicasse essa prova. E depois, há uma certa burocratização do sistema e com prazos muito curtos para as pessoas terem que responder. Está-se a dificultar a vida às pessoas. Nós temos que facilitar a vida às pessoas e aquele parque tem a finalidade de facilitar a vida às pessoas, não vamos dificultá-lo com papéis. -----

Francisco Oliveira - Na sequência do que disse o Arq. Pedro Ferro, há o receio de se vir a criar a situação de residentes de primeira e residentes de segunda. Existem pessoas que lá vivem à menos tempo e que nitidamente se possa criar aqui uma situação de extrema complexidade. Eu penso que o Art.13º da forma como está redigido, é suficientemente completo para permitir que as pessoas singulares que residam de forma permanente e estabilizada no Centro Antigo da Cidade de Albufeira. Isto é um conceito de tal maneira amplo que permite, efectivamente, fazer essa distinção. Agora, a partir do momento em que se criam todas estas questões, eu acredito que, não será fácil a atribuição do cartão de residente, com esta definição e então com estas definições parece ser bastante mais complicado. Eu proponha que se votasse genericamente o referido regulamento e depois se votassem as alterações propostas pelo Senhor Deputado Paulo Freitas. -----

Francisco Guerreiro (Presidente Junta Freguesia Paderne) - As Juntas de Freguesia deveriam ficar também abrangidas com um estacionamento. É uma entidade pública, tem esse direito. Talvez tenha sido lapso da parte de quem fez o regulamento. -----

Paulo Freitas - Visando responder a duas questões que me foram dirigidas concretamente. A prova de união de facto: o que se tem aqui em vista, é permitir que se tenha uma flexibilidade de utilização do cartão de residente, relativamente ao acesso ao Parque de Estacionamento. Se limitarmos tão só ao cônjuge, acontece que pessoas que vivam em situação análoga, não poderão utilizar o cartão, sob pena de este lhe ser caçado. Aqui a ideia é permitir e flexibilizar, sendo certo que a própria Lei protege as pessoas que vivam em união de facto, não sermos tão redutores nesta visão e não queiramos abarcar também a questão da união de facto. A prova da união de facto faz-se nos termos do quadro legal, através de atestados de residência e através da declaração de IRS em conjunto. Se as pessoas residirem em união de facto terão eventualmente a sua declaração de rendimentos conjunto, se não o tiverem, pois não farão prova. Esta é uma medida a fim de diferenciar quem é o beneficiário de quem é utilizador do cartão de residente e para não nos restringirmos em demasia, sob pena de não ter eficácia prática. Relativamente à questão da limitação temporal às pessoas que habitem o centro de Albufeira: convém lembrar a génese deste regulamento. O Sr. Presidente, depois poderá explicar melhor esta situação porque, tanto quanto sei, a Câmara Municipal e a Sociedade Polis, têm um levantamento, de alguma maneira

rigoroso, das pessoas que habitam neste momento no centro histórico e que serão os beneficiários deste regulamento, tem a ver com o facto de não criar algumas situações de benefício ilegítimo. Estas pessoas têm um benefício derivante deste regulamento para, efectivamente, os beneficiar do facto de lhes ter sido retirado estacionamento público às áreas que foram restringidas à circulação pedonal, e como meio de compensação, ser-lhes-á dada a possibilidade, se provarem a sua situação de residente há mais de três anos, de usufruírem de estacionamento. Pretende-se evitar a circunstância de alguém que recorra a uma habitação no centro de Albufeira venha exigir obrigatoriamente um espaço de estacionamento à Câmara. Aquilo é um estacionamento público, que o Município neste momento predispõe-se a auxiliar, bem como em termos de compensação, as pessoas que lá habitem a quando do Programa Polis. Mas depois estamos a abrir, no n.º2 que nós propomos, que uma pessoa que resida no centro de Albufeira há menos de um ano, possa beneficiar dos estacionamentos que estejam em sobra. Não estamos a ser assim tão redutores, estamos a beneficiar, as pessoas que vivem há mais tempo no centro histórico de Albufeira. -----

Pedro Ferro - A minha questão no que diz respeito à forma de justificar a união de facto, como não sou jurista, não sabia. Agora já fui esclarecido. Quanto à questão da génese do regulamento, é para satisfazer as pessoas que lá vivem, é um bocado redutor. O parque de estacionamento servia para dar satisfação à população do centro de Albufeira, independentemente de quem está lá há três ou há um ano, o que interessa é que as pessoas lá vivam, mantenham aquele espaço habitável e movimentado. -----

Francisco Oliveira - Colocava este caso concreto: há de facto um residente que lá vive há vinte anos, que segundo esta nova proposta tem direito ao espaço no parque de estacionamento, mas que vende a sua casa e, alguém que vai habitar a sua casa que foi vendida, injustamente não tem direito ao estacionamento. Isso naturalmente vai permitir que a desertificação, até a desvalorização dos imóveis que existam no centro de Albufeira, passem a se verificar porque não têm direito a lugar de estacionamento. É a génese. -----

Paulo Freitas - Extrapolando o exemplo do Membro da Assembleia Francisco Oliveira, poríamos a situação de, se calhar, no centro de Freguesia da Guia, ou no centro da Freguesia de Paderne, em que obrigá-íamos a Câmara Municipal a fazer parques de estacionamento porque as pessoas têm que lá residir e têm de ter parque de estacionamento. O parque de estacionamento é público, visa-se compensar as pessoas que foram de alguma maneira prejudicadas pela subtracção de lugares de estacionamento públicos e que viram esses lugares reduzidos e que se permite, obviamente, que aqui haja uma compensação, sem beneficiar o investimento imobiliário. Já aqui a Câmara foi acusada de beneficiar o especulador imobiliário, de não permitir a especulação imobiliária em volta de um estacionamento que é público, cujo preço é subsidiado pelo município em cinquenta euros mensais. Não estamos aqui a beneficiar habitações, estamos aqui a beneficiar pessoas que vivam no centro de Albufeira em momento anterior à entrada da construção das obras do Polis no Centro de Albufeira. Este é o benefício, porque quem vier a comprar um fogo no Centro de Albufeira, sabe



perfeitamente que ele se adequa à realidade que lá está e sem estacionamento. E adequa a sua vida ao Centro e o imóvel terá o valor que tiver atenta a esta realidade. Não nos compete aqui proteger a especulação imobiliária, nem nos compete aqui proteger imóveis. Compete-nos proteger pessoas! No art.9º deste regulamento, vê-se que estão isentos do pagamento das taxas de utilização, os veículos expressamente autorizados pelo Município identificados com título local, obviamente que aqui também se incluem as freguesias e os demais serviços. Não fará sentido estar a discutir mais a questão dos veículos municipais. Eu mantenho que, a proposta do Partido Social-democrata fosse votada em conjunto com o regulamento. -----

Fernando Cabrita - Então, quem está há quinze, vinte anos no centro de Albufeira, que nunca teve automóvel e agora resolveu comprar? Tem de se fazer um levantamento disso? Quem for prejudicado, aparentemente, aparece depois. -----

Paulo Freitas - Em protecção dos vendedores de automóveis, se alguém que seja residente no Centro de Albufeira e não seja proprietário de um veículo automóvel, e agora o pretenda ser, o que conta é à data do requerimento que faça à Câmara Municipal. Se à data que faz o requerimento ao Município é detentor de um veículo, que aqui é só solicitado fotocópia dos documentos comprovativos de que o veículo em causa dispõe de imposto municipal, seguro de responsabilidade civil, inspecção periódica válidos e fotocópia do título de registo de propriedade a favor do requerente. Art.15º alíneas d) e h). O que se passa aqui, volto a frisar, passasse em protecção das pessoas que residam no Centro de Albufeira, pelo menos à mais de três anos. E estas pessoas, caso reúnam as condições previstas para a emissão do cartão, terão direito ao cartão.

Presidente da Câmara - Aquele parque de estacionamento, quando foi construído, não sei se se lembram, era um equipamento complementar, ou seja, deveria ter sido feito por um privado. Entretanto, durante todo o processo da evolução do Programa, conseguiu-se o financiamento para aquele parque. E a filosofia da construção daquele parque de estacionamento, desde início, era que ele fosse em primeiro lugar dirigido aos moradores do Centro de Albufeira que ficavam sem estacionamento, nomeadamente o Centro Antigo e as zonas envolventes do próprio estacionamento. Acontece que, esse levantamento está feito, através da Câmara e através do Polis, mas há aqui uma realidade nova que é preciso termos em conta, é que no último ano apareceram residentes a viverem em garagens, em caves, em arrecadações, fogos com três e quatro agregados. O que se passa aqui é uma usurpação, diria uma provocação, em relação àquilo que é a filosofia do fogo em si. E para se ter um atestado de residência é muito fácil, é apenas ir à Junta de Freguesia com duas testemunhas e dizer que reside no local tal. Nós temos casos reais que são conhecidos de toda a gente. A pergunta que se faz é, se os atestados de residência tirados nos últimos quatro, cinco meses, com números de polícia que não têm habitação, se têm sentido? Tem de haver aqui uma preocupação de garantir lugares de estacionamento, porque a filosofia daquele parque é esta, garantir estacionamento às pessoas que ficaram sem ele, e segundo, controlar os oportunismos, procuram ter uma utilização que à partida não era aquela. Procura-se um equilíbrio. Acho que o regulamento deve ser visto e analisado, mas que se tenha em conta em não deixar margem de rotura para que haja

usurpação de parque indevidamente. O objectivo que levou a essa preocupação foi garantir que aqueles que têm o cartão de morador desde o processo inicial, terem um lugar garantido e depois, se houver lugar, que haja outros, mas que tenham residência. Ninguém está a fazer com que as pessoas saiam do Centro. -----

Francisco Oliveira - Eu compreendo perfeitamente e acho que é perfeitamente razoável limitar estas situações de abuso. Não há dúvida nenhuma de que aparecem sempre estas questões. O que eu penso, salvo melhor opinião, é que esta definição de residente do art.13º já prevê estas situações. Quando agora o Senhor Presidente referiu que há pessoas a viverem em garagens e em arrecadações, diz o n.º2 "*apenas será emitido um cartão por fogo*". A definição de fogo, é de habitação com licença de utilização, penso eu. Se há um cartão por fogo, quer isto dizer que, estejam quatro ou cinco famílias num determinado espaço que, eventualmente, terá direito pura e simplesmente à utilização de um espaço por fogo. A questão, que realmente eu entendo, mas penso também que o próprio art.13º permite que a definição, de forma permanente e estabilizada o seu agregado familiar a viver no Centro de Albufeira, define por si só, tem de ser uma habitação, e uma habitação que para todos os efeitos já era considerada, essa sim antes, e não o habitante. Depois vai permitir esta situação perfeitamente ridícula, que é, de facto, haverem casas que perderam estacionamento devido ao Programa Polis, e não foram as pessoas, foram as habitações que lá estão, que efectivamente têm estacionamento agora porque a pessoa lá continua a viver, mas se for transmitida para um terceiro, deixa de ter, porque esse terceiro não terá direito ao referido estacionamento. Essas situações de abuso, poderão efectivamente ser controladas mas, quanto a mim, de forma completamente diferente. Eu acho que esta situação da forma como está a ser colocada, com o devido respeito, vai criar residentes de primeira e de segunda. -----

Fernando Cabrita -Eu acho que residentes são residentes, e não há que ter medo de pessoas que queiram aparentar critérios de residência quando se sabe perfeitamente que a Câmara pelos seus meios vai averiguar. O Senhor Presidente acaba de dizer que todas essas situações estão levantadas, até apareceram agora uma série delas que se sabe perfeitamente que não são residências reais. Quando se começa a desenvolver regulamentarmente muitas coisas, torna-se mais difícil. A Câmara tem de assumir a coragem, e assumirá, no sentido de ter um critério mais discricionado que permita, sem medo, autorizar ou não, e não estar aqui com demasiados pormenores porque com a anciã de se querer regulamentar, fica-se pior. Por vezes há outras situações ao lado mais justas que já não cabem naquelas, acaba-se por se dar a uns e não se dar a outros. As coisas quando são muito pormenorizadas, corre-se esse risco. Não há problema nenhum, que o regulamento de uma certa forma genérica, a redacção inicialmente feita pela Câmara, deixar um período experimental, deve-se ressaltar quando se cria situações de direitos adquiridos a título definitivo, e portanto, mais tarde, se se mostrar que o regulamento necessita de um aperfeiçoamento, depois desse período experimental, pode-se introduzir, com certeza, alterações. Até parece-me um pouco odioso, criar logo à partida discriminações. -----

Paulo Freitas - Discriminação só por si já existe. Estamos a discriminar os equipamentos existentes no Centro Histórico de Albufeira em detrimento das outras regiões. Porque, quem vive naquelas ruas tem direito e não quem vive na rua atrás? Porquê que, aquela rua desce do Pau da Bandeira para o Centro de Albufeira, não tinha estacionamento? Porquê que não beneficiamos estes em detrimento de outros? Tem que haver critérios, e estes critérios têm que ser definidores das realidades. Não pode haver um carácter tão genérico e tão aberto, que haja mais pessoas a residir no Centro de Albufeira, do que aqueles que queiram lugares de estacionamento. Se não, teremos de considerar residentes algumas pessoas apenas e tão só porque têm lá uma casa, e deste modo beneficiarem de um lugar de estacionamento. E isto é o que acontece. A Câmara Municipal de Albufeira e a Sociedade Polis têm identificado as pessoas que são beneficiadoras deste cartão. Tanto quanto sei, os cartões emitidos até esta data, são praticamente coincidentes com os lugares de estacionamento disponíveis. Pretende-se que não haja benefício ilegítimo em detrimento de pessoas que tem conhecimento da realidade e adquirem conscientemente uma habitação no centro de Albufeira sem estacionamento ou como noutras áreas do concelho, e com isso venham a ter direito de poder beneficiar com cinquenta euros por mês em detrimento de outra pessoa que viva no mesmo concelho e por acaso, se calhar até passa mais tempo no centro do que este residente, que é pessoa que trabalha no centro. Daqui a pouco, estamos a abranger isto de tal maneira que pomos o estacionamento todo no Centro e tiramos as pessoas todas de lá. Não é isso que se pretende. Pretende-se beneficiar as pessoas que vivam no Centro e que tenham sido prejudicadas pelas obras do Programa Polis, e não beneficiar as pessoas, que conhecedoras em consciência, vão adquirir uma casa no Centro de Albufeira, sabendo de ante mão não ter estacionamento. É uma aquisição livre. As pessoas que lá já estavam, e muitas delas são conhecidos de todos nós, e sabemos que lá residem há mais de três anos e que se enquadram perfeitamente na questão deste regulamento devem ter direito ao estacionamento, e não beneficiar aquelas pessoas que, por puro oportunismo, querem ir residir para o Centro, porque senão temos de estar a escarpelizar a definição de residente, de domicílio fiscal, de domicílio secundário, teremos de estar aqui a abarcar de tal maneira o conceito que se tira o efeito prático do regulamento, que é beneficiar as pessoas que vivam no Centro Histórico de Albufeira. E não o investidor imobiliário! E não aquela pessoa que compra hoje a residência e que se muda para ali. Temos que ter uma visão um bocado mais realista deste ponto. Qualquer que seja a decisão, estamos a beneficiar umas pessoas em detrimento de outras. As pessoas que trabalham no Centro são prejudicadas em relação às pessoas que lá vivem, e estas lá passam mais tempo, do que algumas que habitam no Centro Histórico. Não podemos é, ser de tal maneira generalistas que isto depois não sirva para nada. Visa-se repor uma situação de regulamentação e de eficácia na decisão e na atribuição dos cartões. O partido Social-democrata, como devido respeito pelas diversas opiniões, mantém a proposta de alteração ao regulamento, que aqui manifestou. -----



Presidente da Assembleia - Eu não costumo intervir sobre estas matérias, mas em relação ao que ouvi, este Parque, tanto quanto sei, é um processo com sensivelmente três anos. Eu não vejo que haja aqui discriminação nenhuma. E porquê? Porque o conceito de residente pressupõe alguma estabilidade num determinado local. Ora, se nós estamos a situá-lo há três anos coincide com a altura em que se desencadeia todo este processo. Há aqui um conceito de estabilidade de residência. Tem que haver critérios. Tem que haver alguém à frente dos outros, os lugares são limitados, não dá para abarcar todos. Depois há um segundo critério, se sobrarem lugares, que é residência de um ano, tanto quanto vejo aqui. Não vejo que uma pessoa se possa considerar residente sem lá estar um ano. Não vejo que haja aqui uma falta de razoabilidade. Pretende-se evitar que tenham prioridade aqueles que, de facto, estão lá há três anos sobre aqueles que têm lá casas mas que não vivem nelas. Como é que se cria um critério que se dê a prioridade a quem, de facto, lá vive, aqui em termos documentais. Podiam-se arranjar outros critérios, mas este pelo menos está explícito e evita abusos. Não acho que venha daqui mal nenhum. Quanto à questão de quem vá para lá viver agora, se houver falta de estacionamento, é natural que esteja atrás daqueles que já lá estão há um ano. É perfeitamente natural. E se houver lugares de sobra, com certeza que nem sequer haverá essa limitação. Mas havendo a adivinhação que não vão haver lugares de sobra, parece que tenham essa prioridade, porque estão lá há mais tempo. É uma regra de antiguidade que a mim, pessoalmente, não me ofende rigorosamente nada, pelo contrário, até fico satisfeito de ver esta inclusão que evita, de facto, que alguns mais lestos e com outras possibilidades possam sobrepor-se a outros que lá residem. -----

Fernando Cabrita - Porque é que não se chama as coisas pelos nomes e não se diz: "todos aqueles que até à data do Polis" fica o Polis responsável, não se fala em anos, a partir daí, os outros até não têm de ter subsídio, e se quiserem têm a possibilidade de um pagamento normal, porque estas coisas não podem ser de "borla". -----

Presidente da Assembleia - Poderá ser sempre aprofundado e melhorado, não tenho dúvidas nenhuma. -----

Fernando Cabrita - Por isso é que eu acho que não nos devemos precipitar e talvez até vale-se a pena pensar um bocadinho mais, embora eu saiba que é urgente, de certa maneira, ter de regulamentar, mas às vezes a celeridade excessiva é inimiga do bom senso. Se esse é ao princípio da filosofia, se vá buscar em apoio, o Decreto do Polis, onde o pamos responsável disso, e depois essas pessoas terão até de certa maneira, para a tal compensação do facto de terem sido lesados por terem ficado sem estacionamento, e são bem identificáveis ao que parece, e não há que confundir com outras pessoas que queiram. Esses pagarão. Acho que seria melhor do que estarem a retirar esse subsídio, as pessoas pagariam com preços normais. Era uma forma de selecção. -----

Francisco Calhau - Nós entendemos que aquilo que a nossa proposta trás é tentar regulamentar um bocado o problema que já existe. Se podemos melhorar posteriormente, que se faça. Agora, de momento, é urgente levar isto por diante, face aos problemas que existem. Portanto, não retiramos a proposta. -----

Francisco Oliveira - O Senhor Presidente acabou de referir que as situações estavam inventariadas, não só as situações novas, como as situações anteriores que, efectivamente, deveriam ter direito ao referido estacionamento. Se a situação é essa, é relativamente simples, é limitá-la. Eu pessoalmente, continuo a achar que vai haver aqui uma situação de discriminação e vai haver uma situação em que em determinado momento a pessoa pode ter direito a estacionamento e posteriormente não tê-lo. Concorro plenamente que situações posteriores ou mesmo até as situações a partir de determinada altura, ou aquisição de imóvel novo, ou de qualquer outra circunstância, não tenham direito. Agora, não me parece ser razoável que alguém que sempre teve direito e que viveu lá durante não sei quantos anos, porque transmitiu, perdeu esse direito. Continuo a referir que, se efectivamente o PSD mantiver a posição de aprovar o Regulamento uniforme com as alterações, nós teremos que nos abster, coisa que não gostaríamos de fazer, porque gostaríamos de aprovar o regulamento, mas não a proposta de alteração. -----

Presidente da Assembleia - O Dr. Francisco Oliveira mantêm a proposta de que, sejam votadas, sucessivamente, a proposta da Câmara e depois as alterações propostas. O Dr. Paulo Freitas mantêm a sua proposta, de que seja votado, com as alterações propostas incluídas na proposta original. Vamos votar estas duas propostas em alternativa. -----

#### **VOTAÇÃO: EM ALTERNATIVA** -----

**PROPOSTA (A) - VOTAÇÃO SUCESSIVA-PROPOSTA DA CÂMARA E DEPOIS ALTERAÇÕES: seis (06) Votos favoráveis** (Euridice Vieira, Fernando Cabrita, Francisco Oliveira, Pedro Ferro e Fernando Gregório, Francisco Guerreiro). -----

**PROPOSTA (B) - VOTAÇÃO SIMULTANEA-PROPOSTA DA CÂMARA E COM ALTERAÇÕES INCLUIDAS: quinze (15) votos favoráveis** (Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, João Silva, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa e José Cabrita). -----

**Ausências: três (03)** Francelina Lourenço, Ricardo Silva e Ana Patrício. -----

**O Membro Fernando Neves não exerceu direito a voto.** -----

**Foi aprovada a proposta B** -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

**Votos Contra: zero (00)** -----

**Abstenções: seis (06)** Fernando Neves, Euridice Vieira, Fernando Cabrita, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Fernando Gregório. -----

**Votos a favor: quinze (15)** Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, João Silva, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, e José Cabrita. -----

**Ausências: quatro (04)** Francelina Lourenço, Ricardo Silva, Ana Patrício e Francisco Guerreiro. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

-----  
Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:40 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

-----  
Albufeira, 28 de Junho de 2007 -----

-----  
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

-----  
O PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

-----  
O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

